

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e relatório
dos auditores independentes**

Índice

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados.....	4
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto.....	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.**Balancos patrimoniais****Em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	14.809	5.154	16.838
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	212.796	212.801	218.390
Contas a receber	8	115.844	172.747	115.844
Estoques		4.632	5.074	4.632
Tributos a recuperar	9	16.757	10.428	16.757
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	25.3	11.257	11.898	11.322
Despesas antecipadas		1.680	1.560	2.246
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	10	32.210	54.223	32.210
Adiantamento de terceiros		1.738	3.700	1.783
Ativos para cumprimento de contratos	12	1.177	-	1.177
Outros créditos	11	60.420	34.153	57.397
		473.320	511.738	478.596
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Instrumentos financeiros derivativos	18	13.234	-	13.234
Contas a receber	8	83.130	79.462	83.130
Tributos a recuperar	9	27.642	37.154	27.642
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	25.3	-	1.795	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	25.1	-	-	352
Partes relacionadas	26	81.439	77.468	81.439
Depósitos judiciais	24	3.507	4.167	3.507
Ativos para cumprimento de contratos	12	1.130	-	1.130
Outros créditos	11	1.240	3.567	1.240
		211.322	203.613	211.674
Investimentos	13	58.965	15.582	26.823
Imobilizado	14	501.019	453.301	503.833
Intangível	15	1.887	1.145	30.920
		773.193	673.641	773.250
Total do ativo		1.246.513	1.185.379	1.251.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.**Demonstrações dos resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

Em milhares de Reais

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Circulante				
Fornecedores	16	79.852	93.587	81.522
Risco sacado a pagar	17	-	1.870	-
Empréstimos e financiamentos	18	114.803	93.099	114.803
Arrendamentos a pagar	19	28.124	34.553	28.124
Arrendamentos por direito de uso	20	4.296	5.862	4.296
Obrigações sociais e trabalhistas	21	27.711	25.252	28.156
Tributos a recolher		15.581	6.909	15.826
Adiantamentos de clientes	22	20.274	41.574	20.274
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	22.1	2.550	-	2.550
Partes relacionadas	26	453	453	453
Outras contas a pagar	23	15.042	20.339	15.070
		308.686	323.498	311.074
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	18	19.938	125.239	18.938
Arrendamentos a pagar	19	36.810	62.447	36.810
Arrendamentos por direito de uso	20	8.910	12.444	8.910
Instrumentos financeiros derivativos	5.2b	21.043		21.043
Provisão para demandas judiciais e administrativas	24.2	2.707	3.146	2.707
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.1	36.207	29.032	36.207
Partes relacionadas	26	107.070	-	107.070
Outras contas a pagar	23	2.024	413	2.022
		234.709	232.721	233.707
Total do passivo		543.395	556.219	544.781
Patrimônio líquido				
Capital social	27.1	595.714	595.714	595.714
Reservas de capital	27.2	1.187	1.106	1.187
Reservas de lucros	27.3	24.677	30.166	24.677
Avaliação Patrimonial	27.4	1.540	2.174	1.540
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	27.5	80.000		80.000
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		703.118	629.160	703.118
Participação de não controladores	27.6	-		3.947
Total do Patrimônio Líquido		703.118	629.160	707.065
Total do passivo e patrimônio líquido		1.246.513	1.185.379	1.251.846

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	28	496.047	432.173	496.047
Custo de venda, locação e prestação de serviços	29	(323.341)	(286.462)	(323.341)
Custo de venda de ativos desmobilizados	29	(89.500)	(89.874)	(89.500)
Total do custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		(412.841)	(376.336)	(412.841)
Lucro bruto		83.206	55.837	83.206
Despesas comerciais	29	(2.639)	(1.737)	(2.639)
Despesas administrativas	29	(26.939)	(23.282)	(28.161)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	29	760	(1.575)	760
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	(305)	1.272	(305)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(2.000)	(515)	(1.750)
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		52.083	30.000	51.111
Receitas financeiras	30	20.014	8.857	20.212
Despesas financeiras	30	(29.455)	(20.185)	(29.464)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		42.642	18.672	41.859
Imposto de renda e contribuição social – corrente	25	(4.985)	(2.911)	(4.985)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	25	(7.175)	(1.622)	(6.823)
Total do imposto de renda e da contribuição social		(12.160)	(4.533)	(11.808)
Lucro líquido do período		30.482	14.139	30.051
Atribuído aos:				
Acionistas controladores		30.482		30.268
Acionistas não controladores		-		(217)
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	27			0,1875
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (operações continuadas)	27			0,1875

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.**Demonstrações dos resultados abrangentes****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2021</u>	<u>Controladora</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do período	30.482	14.139	30.051
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do período	<u>30.482</u>	<u>14.139</u>	<u>30.051</u>

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	Reserva de lucros								
		Capital social	Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	Reservas de capital	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		512.714	-	1.021	78.406	-	2.174	594.315	-	594.315
Aumento de capital	27.1	83.000	-	-	-	-	-	83.000	-	83.000
Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio	27.3	-	-	-	(62.379)	-	-	(62.379)	-	(62.379)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	14.139	-	14.139	-	14.139
Retenção dos lucros	27.3	-	-	-	14.139	(14.139)	-	-	-	-
Transações com pagamento baseado em ações	27.2	-	-	85	-	-	-	85	-	85
Saldos em 31 de dezembro de 2020		595.714	-	1.106	30.166	-	2.174	629.160	-	629.160
Lucro líquido (prejuízo) do período		-	-	-	-	30.482	-	30.482	(217)	30.265
Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio	27.3	-	-	-	(35.971)	-	-	(35.971)	-	(35.971)
Adiantamento para futuro aumento de capital	27.5	-	80.000	-	-	-	-	80.000	-	80.000
Retenção de lucros		-	-	-	30.482	(30.482)	-	-	-	-
Transações com pagamento baseado em ações	27.2	-	-	81	-	-	-	81	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas		-	-	-	-	-	(634)	(634)	4.164	3.530
Saldos em 31 de dezembro de 2021		595.714	80.000	1.187	24.677	-	1.540	703.118	3.947	707.065

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

Em milhares de reais

	Controladora	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	42.642	18.672	41.859
Ajuste para:			
Resultado de equivalência patrimonial	2.000	515	1.750
Depreciação e amortização	40.171	68.140	40.171
Custo de venda de ativos desmobilizados	89.498	89.874	89.498
Provisões para perdas, baixa de outros ativos e créditos extemporâneos de impostos	-	(6.075)	-
Reversão de perdas demandas judiciais e administrativas	(439)	-	(439)
Reversão perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(760)	-	(760)
Remuneração com base em ações	(81)	85	(81)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos	18.525	17.493	18.525
	191.557	188.704	190.524
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos			
Contas a receber	53.995	(11.108)	53.995
Tributos a recuperar	3.183	8.237	3.183
Estoques	442	665	442
Fornecedores	(13.735)	25.366	(13.735)
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher	11.131	(5.500)	11.131
Adiantamento de clientes	(21.300)	-	(21.300)
Outras contas a pagar	(3.686)	-	(3.686)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	(16.192)	(5.119)	(15.159)
	13.838	12.541	14.871
Variações no capital circulante líquido operacional			
Demandas judiciais e administrativas pagas	-	(8.417)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	(2.549)	(6.358)	(2.549)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos e risco sacado	(14.840)	(7.634)	(14.840)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	-	(71.465)	-
Recebimento (pagamento) de swaps	7.809	-	7.809
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	4	-	4
Aplicações em Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	-	(72.434)	-
	195.820	34.937	195.819
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	(164.537)	(25.729)	(164.537)
Aporte de capital em investidas	(45.383)	(10.114)	(45.383)
	(209.920)	(35.843)	(209.920)
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	124.433	64.514	124.433
Amortização de empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar e risco sacado a pagar - montadoras	(144.706)	(108.023)	(144.706)
Adiantamento para futuro aumento de capital	80.000	-	80.000
Aumento de capital	-	83.000	-
Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio pagos	(35.971)	(62.379)	(35.971)
	23.756	(22.888)	23.756
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	9.655	(23.794)	9.655
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	5.154	28.948	5.154
No final do período	14.809	5.154	14.809
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	9.655	(23.794)	9.655

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (“Empresa” e/ou “CS Brasil Transportes”) é uma empresa limitada controlada direta da CS Holding e Locação S.A. (“CS Holding”), que por sua vez é controlada direta da Simpar. A sede da empresa é na Avenida Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, que tem como atividades preponderantes: operações de transporte rodoviário de passageiros no âmbito municipal; coleta e transporte de lixo domiciliar, comercial ou industrial; limpeza pública em ruas, logradouros e imóveis em geral, públicos ou privados, incluindo-se varrição, capina manual, mecânica e química, roçada, poda e extração de árvores; execução e conservação de áreas verdes; limpeza e manutenção de bueiros, córregos, rios e canais; locação de veículos leves e pesados, para órgãos públicos; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva) e venda de veículos. A Empresa é uma controlada indireta da Simpar S.A que possui 100% das cotas.

A CS Brasil Transportes possui contratos de consórcio para operação de transporte de passageiros através da empresa Consórcio Sorocaba (“Consórcio Sorocaba”) e a empresa controlada em conjunto BRT Sorocaba Concessionária de Serviços Públicos SPE S.A (“BRT Sorocaba Concessionárias”). As concessões dos contratos do Consórcio Sorocaba têm vigência de 16 anos, que se encerra em 1º de novembro de 2028, e o contrato de concessão do BRT Sorocaba Concessionárias foi assinado em 9 de fevereiro de 2018 com vigência de 20 anos.

Em 18 de dezembro de 2020, a Empresa participou de processo de concorrência na modalidade de leilão presencial para arrendamento de dois terminais portuários no Complexo Portuário de Aratu-Candeias, no município de Candeias-BA, denominados ATU12 e ATU18, realizados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e nas datas de 09 de março de 2021 e 10 de março de 2021, foram publicadas as adjudicações das propostas de ATU 18 e ATU 12, respectivamente onde a Empresa foi a vencedora e por consequência passou a ser a controladora das sociedades de propósito específico “SPEs” ATU12 e ATU18, constituídas em 25 de março de 2021, ambas as companhias são sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Candeias – Bahia, que tem como propósito específico a construção dos dois terminais portuários no estado da Bahia.

Em 26 de julho de 2021, a Empresa venceu a proposta apresentada pelo Consórcio Grãos do Piauí e foi assinado o contrato de concessão para prestação dos serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária das rodovias PI-397 e PI-262 (“Transcerrados”), no qual a empresa detém 64% de participação. A partir de então foi criada a Sociedade de propósitos específicos (SPE) denominada Grãos Do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. A concessão possui prazo de 30 anos e está em processo de implantação com expectativa de início operacional em 2023.

1.1 Relação de participação em entidades controladas e controlada em conjunto

As participações percentuais da Empresa em sua controlada em conjunto e consórcio na data do balanço são as seguintes:

Razão social	País sede	Atividade Operacional	31/12/2021		31/12/2020	
			Participação direta %	Participação indireta %	Participação direta %	Participação Indireta %
Consórcio Sorocaba (a)	Brasil	Transporte municipal de passageiros	-	50,00	-	50,00
BRT Sorocaba Concessionárias (b)	Brasil	Transporte municipal de passageiros	-	49,75	-	49,75
ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A (c)	Brasil	Construção de terminal portuário	100,00	-	-	-
ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A (c)	Brasil	Construção de terminal portuário	100,00	-	-	-
Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A (d)	Brasil	Construção, Conservação, Recuperação, Manutenção, Implantação De Melhorias e Operação Rodoviária	64,00	-	-	-

a) Consórcio Sorocaba

O Consórcio Sorocaba (“Consórcio Sorocaba”) é uma Empresa em Comandita Simples, com sede na rua Doutor Campos Salles, 900, Pinheiros - Sorocaba, São Paulo, que tem como atividades preponderantes de transporte rodoviário coletivo de transportes, com itinerário fixo, municipal e intermunicipal em região metropolitana. Sua concessão tem vigência de 16 anos, que se encerra em 1º de novembro de 2028.

A CS Brasil Transportes mantém operações em conjunto no consórcio Sorocaba na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto das operações e registra os direitos e obrigações na proporção de sua participação.

b) BRT Sorocaba Concessionárias

O BRT Sorocaba Concessionárias de Serviços Públicos SPE S.A (“BRT Sorocaba Concessionárias”) é uma sociedade anônima fechada, controlada em conjunto com outros sócios, com sede na Av. Antônio Carlos Comitê, 540, Parque Campolim - Sorocaba, São Paulo, que tem como atividades preponderantes de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e administração de obras. O contrato de concessão foi assinado em 9 de fevereiro de 2018 com vigência de 20 anos. Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa aumentou sua participação na BRT Sorocaba Concessionárias de 49,25% para 49,75% mas não possui o controle.

A Empresa registra em seu balanço o percentual de sua participação de 49,75% no BRT Sorocaba Concessionárias por meio do método de equivalência patrimonial.

c) Sociedades de Propósito Específico - SPEs ATU 12 e ATU 18

Em 25 de março de 2021, foram constituídas as sociedades de propósito específico “SPEs” ATU 12 e ATU 18, ambas as companhias são sociedade anônima fechada, com sede no município de Candeias – Bahia, que tem como propósito específico a construção dos dois terminais portuários no estado da Bahia. Ambas SPEs estão em fase pré operacional, sem operação no exercício, com expectativa de início ao longo do exercício de 2022.

d) Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A

A Empresa assinou em 26 de julho de 2021 o contrato de concessão para prestação dos serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária das rodovias PI-397 e PI-262 (“Transcerrados”), onde detém 64% de participação. A concessão está em processo de implantação com expectativa de início operacional em 2023.

1.2 Principais eventos ocorridos

1.2.1 Eventos ocorridos durante o exercício de 31 de dezembro de 2021

a) Ganho da Concessão dos Terminais Portuários ATU 12 e ATU 18

Em 18 de dezembro de 2020, a Empresa participou de processo de concorrência na modalidade de leilão presencial para arrendamento de dois terminais portuários no Complexo Portuário de Aratu-Candeias, no município de Candeias-BA, denominados ATU12 e ATU18, realizados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), que a declarou como ganhadora do leilão, condicionado a homologação da documentação apresentada no processo de licitação.

Em 09 e 10 de março de 2021, foram oficialmente homologados as concessões dos terminais portuários ATU12 e ATU18, pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), com os termos de posse com expectativa de assinatura no primeiro semestre de 2022.

A área denominada ATU12 conta com movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente fertilizantes, concentrado de cobre, minério de manganês e coque de petróleo, com um

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

contrato inicial de 25 anos. A área de ATU18 é destinada à movimentação e armazenagem de grânéis sólidos vegetais, especialmente soja, com um contrato de 15 anos e possibilidade de prorrogação contratual até 2029.

b) Ganho da Concessão – Grãos do Piauí (Transcerrados)

A Empresa venceu a proposta apresentada pelo Consórcio Grãos do Piauí, cujo controle é detido por meio de 64% de participação, referente à concessão para prestação dos serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária das rodovias PI-397 e PI-262 (“Transcerrados”), com o contrato desta concessão assinado em 26 de julho de 2021, com o termo de posse assinado em 28 de dezembro de 2021.

c) Pagamento das outorgas das concessões portuárias – ATU 12 e ATU 18

Em 26 de abril de 2021, foi efetuado o pagamento da primeira parcela da outorga, no montante total de R\$ 15.625 contabilizadas nas SPEs na rubrica do intagível, em continuidade do leilão dos duas novas concessões portuárias ATU 12 e ATU 18, homologado em março, conforme mencionado na nota explicativa 1.2.1 a).

d) Encerramento da operação de Limpeza e Coleta Urbana

O Contrato de prestação de serviços de Limpeza Urbana e Coleta de Resíduos firmado entre a Empresa e o Município de Mogi das Cruzes se encerrou em 03 de agosto de 2021, quando completou 72 meses de vigência, limite máximo previsto pela legislação para esse tipo de contratação. A operação deste contrato realizou no primeiro semestre de 2021 uma receita bruta de prestação de serviços de R\$ 29.800.

e) Aumento de capital na controlada Grãos do Piauí – Transcerrados

Em dezembro de 2021, a Empresa efetuou um aporte de capital na controlada direta Grãos do Piauí – Transcerrados no montante de R\$ 4.266.

f) Adiantamento para futuro aumento de capital na CS Brasil Transportes

Em 29 de dezembro de 2021, a Empresa recebeu um adiantamento para futuro aumento de capital da sua controlada direta CS Holding no montante de R\$ 80.000.

g) Aumento de capital social via aporte nas SPEs - ATU12 e ATU18

Em 28 de dezembro de 2021, a Empresa aportou em suas controladas ATU12 e ATU18, as outorgas pagas até o momento nos montantes de R\$ 2.500 e R\$ 13.250 respectivamente.

1.3 Situação da COVID-19

A Empresa e suas controladas continuam monitorando os desdobramentos da pandemia da COVID-19 quanto aos aspectos econômicos, financeiros, sociais e de saúde, e mantém as ações, alinhadas com as diretrizes da OMS, que foram implementadas para o cuidado de seus colaboradores.

A Administração continua supervisionando as suas práticas de gestão de riscos, a fim de tomar as decisões necessárias para garantir a continuidade de suas operações, e neutralizar impactos sociais, financeiros e econômicos adversos que eventualmente possam ocorrer.

Neste cenário, a Empresa vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. As avaliações mais relevantes estão comentadas a seguir:

A maior parte da receita da Empresa é originada de contratos de longo prazo de locação de frota para empresas prestadoras de serviços considerados essenciais. Portanto, essas atividades mantiveram suas operações em pleno funcionamento.

A Empresa mantém uma condição financeira sólida para garantia da continuidade das suas operações e cumprimento de suas obrigações. Durante todo o exercício, vem demonstrando resiliência de seus negócios, mantendo níveis de receita, lucratividade e geração de caixa.

(i) Análises de recuperação (“impairment”) de ativos financeiros

A Empresa acompanha seus ativos financeiros, incluindo suas contas a receber, avaliando a necessidade de constituir provisões adicionais de recuperação (“impairment”). Essas análises são conduzidas considerando a situação de risco de crédito e inadimplência corrente conhecidas até o momento. Para ativos financeiros mantidos com instituições financeiras, as marcações a mercado foram realizadas e os impactos reconhecidos no resultado.

Como resultado dessas análises, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foi identificada necessidade de constituir provisões adicionais.

(ii) Análises de recuperação (“impairment”) de ativos não financeiros

Assim como as análises para os ativos financeiros, a Empresa avalia se há indicativos de perda dos valores de recuperação de seus ativos não financeiros, que não foram observados para 31 de dezembro de 2021.

(iii) Concessões anunciadas pelos governos municipais, estaduais e federal

Os governos municipais, estaduais e federal anunciaram diversas medidas de combate aos impactos negativos da COVID-19. Principalmente o governo federal, emitiu medidas provisórias, decretos e leis concedendo descontos e prorrogações de pagamentos de impostos e contribuições sociais. A Empresa aderiu parcialmente a esses programas, de modo que estão pagando normalmente parte dos tributos e parte de algumas contribuições serão pagas de acordo com o cronograma especial estabelecido pelo governo federal. Todos os efeitos contábeis relacionados estão refletidos adequadamente nas demonstrações financeiras como tributos a recolher e despesas respectivas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1.4 Sustentabilidade e Meio Ambiente

A gestão do Grupo Simpar promove a incorporação da sustentabilidade na estratégia, nas tomadas de decisões e no propósito do grupo, precedendo a exposição aos riscos e priorizando a maximização de impactos socioambientais positivos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração considerou a exposição aos riscos relacionados ao clima, de forma a construir uma estratégia corporativa em linha com a transição para economia de baixo carbono. São esses riscos:

- regulatórios e legais: decorrentes de mudanças regulatórias brasileiras e/ou internacionais que incentivem a transição para uma economia de baixo carbono e que aumentam o risco de litígio e/ou restrições comerciais e/ou operacionais relacionadas à suposta contribuição, mesmo que indireta, para intensificação das mudanças climáticas;
- tecnológicos: decorrentes do surgimento de novas tecnologias e inovações na direção de uma economia com maior eficiência energética e de baixo carbono, que pudessem impactar na atual base operacional do grupo;
- de mercado: decorrentes de mudanças na preferência dos participantes do mercado por certos produtos e serviços à medida em que questões relacionadas ao clima passam a ser consideradas nas tomadas de decisão; e
- reputacionais: relacionados à mudança de percepções dos clientes e da sociedade de maneira geral em relação à contribuição positiva ou negativa de uma organização para uma economia de baixo carbono.

Mudanças climáticas

Entre os impactos decorrentes das operações de seu portfólio, o Grupo Simpar considera como um dos temas materiais às mudanças climáticas. Por isso, o tema consta na Política de Sustentabilidade, com foco em discussões estratégicas, promovidas mensalmente pelos comitês de sustentabilidade e trimestralmente apresentadas ao Conselho de Administração. A gestão do tema ocorre principalmente no âmbito do Programa de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). O objetivo da Empresa é estimar o impacto ambiental de seus negócios, principalmente no contexto de discussões sobre planos de redução de emissões em diversos fóruns ao redor do mundo.

Nesse sentido, em 2021, medidas foram reforçadas para mitigar impactos, a exemplo de uso racional de combustíveis, renovação contínua da frota e monitoramento de indicadores, por meio de inventário de emissões com base na metodologia internacional do *GHG Protocol*. Assim, a busca é por aprimorar a influência, o monitoramento e o diálogo com toda a cadeia de valor.

Em 2021, reafirmamos nosso compromisso com a descarbonização de nossas operações para enfrentamento às mudanças climáticas assinando o documento “Empresários pelo Clima” e nos comprometendo com metas de redução das emissões de *GEE* no Brasil.

Além disso, contamos com um grupo de trabalho multidisciplinar sobre o tema, acompanhamos a evolução dos debates nas esferas nacional e internacional, além de observamos aspectos regulatórios, antecipando quaisquer impactos potenciais.

Gestão de riscos, oportunidades e estratégia sobre mudanças climáticas

O setor em que a Empresa e suas controladas estão inseridas, gera impacto pelo consumo de combustíveis fósseis e decorrentes das emissões atmosféricas, fato que pode ter grande interferência nas mudanças climáticas. Nesse sentido, além de adotar ações para minimizar emissões de GEE – principalmente com a manutenção de frota com baixa idade média, o Grupo Simpar acompanha discussões legislativas, realiza análises internas e externas, promove *benchmarking* nacional e internacional e estuda pareceres de agências externas em relação aos temas ESG e assim, mantém atualizada sua matriz de riscos climáticos, com vistas a amplificar a cobertura de riscos contra eventos extremos.

Estratégia de descarbonização

O plano estratégico do Grupo Simpar para reduzir seu impacto na emissão de CO₂, inclui as seguintes metas:

- Potencial para aquisição de veículos elétricos ou movidos a biometano;
- Migração do consumo de combustível da gasolina para o etanol;
- Implementação de mecanismos para incentivar e garantir o uso do etanol em substituição à gasolina em sua frota própria;
- Implantação da tecnologia de telemetria na maior parte da frota, promovendo melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível em sua frota locada;
- Ampliação da participação das fontes renováveis de energia na matriz energética, permitindo que as emissões sejam substancialmente reduzidas;
- Promoção da redução das emissões de CO₂, por meio da implementação de novas tecnologias, como difusor para instalação em veículos a gásóleo, permitindo uma explosão limpa no motor em sua frota locada
- Programas de incentivos junto aos seus clientes que visem otimizar as operações da sua frota locada, tornando-as mais eficientes, investindo em melhores tecnologias e manutenção.

Engajamento em mudanças climáticas

O Grupo Simpar considera imprescindível seu papel na disseminação e fomentação de boas práticas na Empresa. Nesse contexto, através de suas subsidiárias, possui programas e iniciativas que buscam auxiliar os clientes no mapeamento de emissões e oferecer oportunidades de redução e neutralização de carbono, como por exemplo, o Programa *Carbon Free* da Movida. Na CS Brasil, há o Programa Motorista Ouro, fomenta o consumo eficiente de combustível e redução da emissão de GEE junto aos motoristas.

De forma geral, todas as controladas do Grupo Simpar buscam engajar seus clientes, colaboradores e demais públicos em projetos de Sustentabilidade, pois entende-se que, a partir dessas iniciativas, novas oportunidades de atuação podem surgir e gerar ainda mais impacto positivo para a sociedade.

Atenta aos riscos e oportunidades em mudanças climáticas, o Grupo Simpar busca antecipar-se ao que, um dia, pode ser uma regulamentação. A Empresa participa de iniciativas e fóruns nesse sentido, além de adotar práticas voluntárias, a exemplo da publicação do inventário de GEE nos moldes do *GHG Protocol*.

Gestão de recursos naturais

O Grupo Simpar possui sua sede administrativa, onde também está localizada a sede administrativa da Empresa e suas controladas, certificada pela norma ISO 14001, com indicadores-chave de desempenho e indicadores de eficiência energética. Para consumo racional de energia elétrica, são mantidas diretrizes de eficiência; manual do Sistema de Gestão Ambiental; e o monitoramento contínuo do consumo de energia elétrica, com indicadores de desempenho baseadas nas métricas quilowatts/colaboradores.

Em relação a gestão de resíduos o Grupo Simpar dispõe de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, tendo como os principais resíduos gerados em nossas operações pneus, materiais contaminados e óleo lubrificante, sendo usado em oficinas próprias ou terceiras. Adotamos como procedimento interno a avaliação da condição dos pneus, a fim de identificar possibilidades de recapagem e outras formas de reutilização. Já o óleo lubrificante é submetido a um processo de rerrefino, por empresa especializada, permitindo o reuso. Ainda em 2021, iniciamos um teste piloto com o *software* voltado à gestão de resíduos em 57 unidades piloto do Grupo Simpar, objetivando o aumento de nosso desempenho na tratativa do tema.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

2.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 14 de abril de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas em bases comparativas uma vez que a consolidação passou a ser requerida nesse exercício.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado na nota explicativa 5.1, quando aplicável.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de consolidação

a) Controladas

A empresa controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a empresa obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da empresa, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

b) Operação em conjunto

A operação em conjunto existe quando as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio.

A empresa mantém operações em conjunto no consórcio Sorocaba na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto das operações. Consórcios possuem regulamentação específica para o desenvolvimento de suas atividades e apesar de possuir controles contábeis individuais, seu registro é realizado nos livros contábeis de seus participantes pela participação de cada um, desta forma, estão inseridas nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa, na proporção de sua participação.

c) Investimentos em entidades controladas em conjunto

Os investimentos da Empresa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades com controle conjunto (joint venture). Controle conjunto existe quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da empresa no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há controle conjunto.

d) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da empresa na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1 Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

b) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 6.1). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas

de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são

	reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	---

c) Desreconhecimento

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

2.4.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.4.3 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos financeiros

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

A Empresa utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “*ad hoc*”. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras classificados ao custo amortizado, a metodologia de “*impairment*” aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 5.3.a (ii) é detalhado como a Empresa determina se houve um aumento significativo no risco de crédito.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto após 24 meses e validação do Comitê Financeiro, que avalia individualmente os clientes com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

2.5 Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros veja nota explicativa 5.2.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, A Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.6 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro da Empresa, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses.

2.7 Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços de locação a Empresa renova constantemente sua frota. Os veículos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para “Ativo imobilizado disponibilizado para venda”.

Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável.

Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

2.8 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com o tipo de bem comprado, o valor pago, a data e o valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de bens utilizados diretamente na prestação de serviços de locação compõe o custo da prestação de serviços de locação e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão demonstradas na nota explicativa 14.

A Empresa adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos.

d) Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos, os quais a Empresa fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável.

2.9 Intangível

2.9.1. Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.9.2 Concessões

a) Direito de exploração

O direito de exploração é reconhecido mediante aos contratos de arrendamentos de áreas portuárias em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas no contrato de arrendamento, no passivo, em rubrica especialmente criada para esse fim “Obrigações com poder concedente”.

b) Gastos subsequentes

Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Quando aplicável, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

d) Direito de Outorga

Para os terminais portuários de Aratu (ATU12 e ATU18), existe a necessidade de pagamento de outorga pelas SPEs ao Poder Concedente. De acordo com os editais, o modelo escolhido pelo Poder Concedente foi que venceriam as concorrências quem apresentasse as propostas mais vantajosas, adotando-se o critério de maior Valor de Outorga. Essa outorga refere-se ao prêmio pago para que as SPEs tenham o direito de utilização dos ativos citados ao longo do prazo de concessão e são contabilizados na rubrica de Intangível, conforme mencionado na nota 15.

Conforme cláusula 27.2.2 dos Editais de Concessão, 25% do montante da outorga deve ser pago como condição para assinatura do contrato e o restante pago em cinco parcelas anuais.

2.10 Arrendamentos

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2).

(i) Como arrendatária

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. A Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS / COFINS;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor

A Empresa classifica seus arrendamentos operacionais de acordo com os critérios apresentados no CPC 06 (R2), tais como:

- não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendadora

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Empresa atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Empresa faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Empresa considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Empresa é uma arrendadora intermediária ela contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ela avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente.

Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Empresa, como arrendatária contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ela classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Empresa aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Empresa aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 2.3.1.(c) e 2.3.4). A Empresa também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Empresa reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais.

2.11 Ativos reconhecidos a partir dos custos para o cumprimento de um contrato

A Empresa reconhece ativos relacionados aos custos para o cumprimento de exigências estabelecidas no edital e são tratados no escopo do CPC 47/IFRS15 – Receita de contrato com Cliente, apresentados no balanço patrimonial na rubrica "ativos para cumprimento de contratos" no ativo circulante e não circulante, uma vez que não são elegíveis para reconhecimento como ativos sob nenhuma outra norma contábil.

A Empresa utiliza as principais premissas para avaliar os ativos contratuais:

(a) custos atrelados diretamente ao edital ou ao contrato previsto que a entidade pode especificamente identificar, como por exemplo custos relativos a serviços a serem prestados de acordo com a renovação de contrato existente ou custos para projetar o ativo a ser transferido, de acordo com contrato específico;

(b) custos que geram ou aumentam os recursos da entidade para cumprimento das obrigações de desempenho no futuro; e

(c) espera-se que os custos sejam recuperados.

O ativo é amortizado pelo método linear ao longo do contrato específico ao qual está relacionado, de forma consistente com o padrão de reconhecimento da receita associada e as amortizações foram reconhecidas como custo de prestação de serviços durante o exercício de 2021.

2.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (“IRPJ e CSLL”)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

2.13 Provisões

2.13.1 Geral

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.13.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14 Receitas de contrato com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo:

2.14.1 Receita de locação

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo:

a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos

Locação de veículos para gestão e terceirização de frotas. As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à locação, onde os valores anteriormente provisionados mediante a competência são estornados, conforme boletim de medição aprovado pelo cliente.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2)

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente.

2.14.2 Receita de venda de ativos desmobilizados

a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos

Após o término do contrato de locação com seus clientes, a Empresa desmobiliza e vende os veículos que ficam disponibilizados em seus pátios e através de plataforma de venda online. Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando da entrega, mediante a transferência de risco. As faturas emitidas, são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47

A receita de veículos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.

2.14.3 Receita de transporte de passageiros

a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos

Serviços de transporte público municipal de passageiros. O serviço ocorre no momento da utilização do transporte público pelo passageiro, e é recebido até o décimo quinto dia do mês subsequente da secretária de transporte do município.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47

A receita de transporte público municipal de passageiros é reconhecida quando a prestação de serviços é realizada, ou seja, na utilização do transporte pelo passageiro.

2.14.4 Receita de serviços de limpeza e coleta urbana

a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos

Serviços de limpeza e coleta urbana são realizadas diariamente e são cobrados mediante medição da tonelagem de lixo coletada e limpeza efetuada. As faturas são emitidas e recebidas no mês subsequente à prestação do serviço.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado.

2.15 Benefícios a empregados

2.15.1 Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável.

2.15.2 Transações com pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações da Simpar concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

2.16 Capital social

2.16.1 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio

A distribuição de lucros e os juros sobre capital próprio para os sócios da Empresa são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social da Empresa. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3 Uso de estimativas de julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.1 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Perdas esperadas (“*impairment*”) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 9;
- b) Ativo imobilizado disponível para venda - definição do valor residual - nota explicativa 11;
- c) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 15; e
- d) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 24.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Alterações e normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2021

-
a) **Reforma da IBOR - Fase 2:** alterações ao CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pela Empresa, com relação a:

(i) **Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros:** permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desconhecimento do contrato e, conseqüentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior.

b) **Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Empresa nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022.

A adoção destas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras no período de adoção (1º de janeiro de 2021).

Alterações e normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras:

a) Alteração ao CPC 27 "Ativo Imobilizado": revisão que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022;

b) Alteração ao CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": revisão para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022;

c) Alteração ao CPC 15 "Combinação de Negócios": revisão com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022;

d) Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

CPC 06(R2) - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

e) Alteração ao CPC 26(R1) "Apresentação das Demonstrações Contábeis": com o objetivo de esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do CPC 26(R1). As alterações do CPC 26(R1) tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

f) Alteração ao CPC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis: nova alteração sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

g) Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

h) Alteração ao IAS 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não se espera que as alterações acima tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa, e não há outras normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

5 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

5.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

	Controladora		
	31/12/2021		
Ativos, conforme balanço patrimonial	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa		14.809	14.809
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	212.796	-	212.796
Contas a receber	-	198.974	198.974
Outros créditos	-	1.240	1.240
	212.796	215.023	427.819
Passivos, conforme balanço patrimonial	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Fornecedores	-	79.852	79.852
Partes Relacionadas	-	107.523	107.523
Empréstimos e financiamentos	-	134.741	134.741
Arrendamentos a pagar	-	64.934	64.934
Arrendamentos por direito de uso	-	13.206	13.206
Outras contas a pagar	-	17.066	17.066
Aquisições de empresas a pagar	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	21.043	-	21.043
	21.043	417.322	438.365
	Consolidado		
	31/12/2021		
Ativos, conforme balanço patrimonial	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	16.838	16.838
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	218.390	-	218.390
Contas a receber	-	198.974	198.974
Partes relacionadas	-	81.439	81.439
Outros créditos	-	60.420	60.420
	218.390	357.671	576.061

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos, conforme balanço patrimonial	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Fornecedores	-	81.522	81.522
Empréstimos e financiamentos	-	133.741	133.741
Instrumentos financeiros derivativos	21.043	-	21.043
Debêntures	-	-	-
Arrendamentos a pagar	-	64.934	64.934
Arrendamentos por direito de uso	-	13.206	13.206
Partes relacionadas	-	107.523	107.523
Aquisição de empresas a pagar	-	-	-
Outras contas a pagar	-	17.092	17.092
	21.043	418.018	439.061

5.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, está demonstrada a seguir:

	Valor contábil	Controladora
	31/12/2021	Valor justo
		31/12/2021
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	14.809	14.809
Títulos e valores mobiliários	212.796	212.796
Contas a receber	198.974	198.974
Outros créditos	1.240	1.240
Total	427.819	427.819
Passivos financeiros		
Fornecedores	79.852	79.852
Partes relacionadas	107.523	107.523
Empréstimos e financiamentos	134.741	134.333
Arrendamentos a pagar	64.934	64.952
Arrendamentos por direito de uso	13.206	13.206
Instrumentos financeiros derivativos	21.043	21.043
Outras contas a pagar	17.066	17.066
Total	438.365	437.975
		Consolidado
	Valor contábil	Valor justo
	31/12/2021	31/12/2021
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	16.838	16.838
Títulos e valores mobiliários	218.390	218.390
Contas a receber	198.974	198.974
Partes relacionadas	81.439	81.439
Outros créditos	60.420	60.420
Total	576.061	576.061
Passivos financeiros		
Fornecedores	81.522	81.522
Empréstimos e financiamentos	133.741	133.335
Instrumentos financeiros derivativos	21.043	21.043
Arrendamentos a pagar	64.934	64.952
Arrendamentos por direito de uso	13.206	13.206
Partes relacionadas	107.523	107.523
Aquisição de empresas a pagar	-	-
Outras contas a pagar	17.092	17.092
Total	439.061	438.673

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

Nível 1 - Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos;

Nível 2 - Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e

Nível 3 - Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. A Empresa não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização

	Controladora		
	31/12/2021		
	Nível1	Nível2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa			
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	11.644	11.644
Operações compromissadas - Lastreadas em debêntures	-	-	-
Letras financeiras	-	1.858	1.858
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras			
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	88.185	-	88.185
LTN - Letras do Tesouro Nacional	124.611	-	124.611
	212.796	13.502	226.298
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo			
Empréstimos e financiamentos	-	134.333	134.333
	-	134.333	134.333
Passivos financeiros mensurados ao valor justo			
Instrumentos financeiros derivativos	-	21.043	21.043
	-	21.043	21.043
Consolidado			
31/12/2021			
	Nível1	Nível2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa			
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	13.464	13.464
Operações compromissadas	-	-	-
Letras financeiras	-	1.907	1.907
Cota de outros fundos	512	-	512
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras			
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	90.503	-	90.503
LTN - Letras do Tesouro Nacional	127.887	-	127.887
	218.902	15.371	234.273
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo			
Empréstimos e financiamentos	-	133.335	133.335
Debêntures	-	-	-
Arrendamentos a pagar	-	64.952	64.952
	-	198.287	198.287
Passivos financeiros mensurados ao valor justo			
Instrumentos financeiros derivativos	-	21.043	21.043
	-	21.043	21.043

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se equivalem aos valores justos são classificados no nível 2 de hierarquia de valor justo.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

- (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e
- (ii) A análise de fluxos de caixa descontados.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil

Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	6,25	8,04	8,99	9,83	10,25	10,66	11,10

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2021

5.3 Gerenciamento de riscos financeiros

A Empresa está exposta ao risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez sobre seus principais ativos e passivos financeiros. A Administração faz a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro e com a aprovação do Conselho de Administração da controladora indireta Simpar para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Empresa sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

A Empresa não possuía instrumentos financeiros derivativos contratados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Empresa está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras.

i. Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Empresa de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e pelo Conselho de Administração da controladora indireta Simpar. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") e uma escala global ("G") de exposição ao risco de crédito extraídas de agências de ratings, conforme demonstrado abaixo:

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Rating em Escala Local "Br"		Rating em Escala Global "G"	
Nomenclatura	Qualidade	Nomenclatura	Qualidade
Br AAA	Prime	G AAA	Prime
Br AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado	G AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
Br A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado	G A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
Br BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo	G BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
Br BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo	G BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo
Br B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo	G B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo
Br CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo	G CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo
Br DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória	G DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Empresa para caixa, equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2021
Valores depositados em conta corrente		
Depósitos em aplicações financeiras	795	955
Br AAA	12.508	14.377
Br AA+	994	994
Br AA	512	512
Total de aplicações financeiras	14.014	15.883
Total de caixa e equivalentes de caixa	14.809	16.838
	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2021
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		
Br AAA	212.796	218.390
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	212.796	218.390

ii. Contas a receber

A Empresa utiliza uma "Matriz de Provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, baseado em sua experiência de perdas de crédito históricas. Essa Matriz de Provisão especifica taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que as contas a receber estão a vencer ou vencidas e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pela Administração.

A baixa de ativos financeiros é efetuada quando não há expectativa razoável de recuperação, conforme estudo de recuperabilidade. Os recebíveis baixados continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível. Quando há recuperações, estas são reconhecidas como receitas de recuperação de crédito no resultado do exercício.

A Empresa registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas referentes ao contas a receber, conforme detalhado na nota explicativa 8.

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros.

i. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como às obrigações com empréstimos, arrendamentos a pagar e arrendamentos por direito de uso, sujeitas a taxas de juros.

A análise de sensibilidade está demonstrada na nota explicativa 5.4.

ii. Instrumentos derivativos de hedge dos riscos de mercado

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos (contratos de swap) que foram classificados como hedge de valor justo conforme CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, cujas variações negativas

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

em seus valores justos de R\$ 3.228 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e foram registradas no resultado financeiro.

Os contratos vigentes em 31 de dezembro são os seguintes:

Empresa	Instrumento	Risco protegido	Tipo de instrumento financeiro derivativo	Operação	Valor Nocial	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada	Controladora e consolidado	
									Saldo da dívida protegida em 31/12/2021	
									Pelo custo amortizado	Pelo valor justo
CS Finance	Contrato de swap	Risco de mercado	Hedge de Valor Justo	Swap Pré x CDI	R\$ 450.000	fev/28	Pré	149,81% CDI	109.526	109.987
Total Consolidado									109.526	109.987

Os saldos em aberto estão apresentados a seguir:

Operação	Controladora e Consolidado		
	Valor de nocional	Ativo	Passivo
Swap – USD x CDI	USD 450.000	-	(21.043)
Total		-	(21.043)
Circulante			-
Não circulante			(21.043)
Total		-	(21.043)

A tabela abaixo indica os períodos esperados que os fluxos de caixa associados com o contrato de swap impactam o resultado e o respectivo valor contábil desses instrumentos.

	Controladora e Consolidado				
	Valor contábil	Fluxo	1 ano	2 anos	acima de 3 anos
Swap Ativo	109.988	175.310	10.810	(37.520)	202.021
Swap Passivo	(131.031)	(194.036)	(9.223)	53.204	(238.018)
Total Geral	(21.043)	(18.726)	1.587	15.684	(35.997)

Swap	MTM	Total	1 - 6 meses	7 - 12 meses	Mais de 1 ano
Ponta passiva	(131.031)	(194.036)	(9.223)	-	(184.814)
	(21.043)	(18.726)	1.587	-	(20.313)

c) Risco de liquidez

A Empresa monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez e flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Ativos financeiros	Controladora				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Caixa e equivalentes de caixa	14.809	14.809	14.809	-	-
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	212.796	212.796	212.796	-	-
Contas a receber	198.974	198.974	198.970	4	-
Outras contas a pagar	1.240	1.240	1.240	-	-
Total	427.819	427.819	427.815	4	-

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				
	31/12/2021				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	79.852	79.852	79.852	-	-
Empréstimos e financiamentos	134.741	146.030	125.135	20.895	-
Instrumentos financeiros derivativos	21.043	18.726	1.587	15.684	1.456
Arrendamentos a pagar	64.934	66.629	29.082	16.948	20.599
Arrendamentos por direito de uso	13.206	13.206	4.296	8.910	-
Partes relacionadas	107.523	107.523	453	107.070	-
Outras contas a pagar	17.092	17.092	17.092	-	-
Total	438.392	449.058	257.497	169.507	22.055

	Consolidado				
	31/12/2021				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	16.838	16.838	16.838	-	-
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	218.390	218.390	218.390	-	-
Contas a receber	198.974	198.974	115.844	83.130	-
Outros créditos	60.420	60.420	59.180	1.240	-
Total	576.061	576.061	410.252	84.370	-

	Consolidado				
	31/12/2021				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	81.522	81.522	81.522	-	-
Empréstimos e financiamentos	133.741	145.032	124.137	20.895	-
Instrumentos financeiros derivativos	21.043	18.726	1.587	15.684	1.456
Arrendamentos a pagar	64.934	66.629	29.082	16.948	20.599
Arrendamentos por direito de uso	13.206	13.206	4.296	8.910	-
Partes relacionadas	107.523	107.523	453	107.070	-
Outras contas a pagar	17.092	17.092	17.092	-	-
Total	439.062	449.730	258.168	169.507	22.055

5.4 Análise de sensibilidade

A Administração da Empresa efetuou análise de sensibilidade, a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros prováveis:

- CDI em 11,79 % a.a. com base na curva futura de juros (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão);
- TLP de 9,83 % a.a. (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão);
- SELIC de 11,79 % a.a. (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão);
- IPCA 5,20 % a.a. (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão);
- IGP-M 6,42% a.a (fonte: B3 – Brasil, Bolsa e Balcão);

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a fim de demonstrar os impactos em seu resultado financeiro, considerando um cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Operação	Exposição	Risco	Taxa provável	Cenário I provável	Controladora	
					Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50% -
Risco de taxa de juros						
Senior Notes " BOND" (objeto)	(109.526)	PRÉ-FIXADO	10,75%	(11.774)	(14.718)	(17.661)
Senior Notes " BOND" (objeto)	109.526	PRÉ-FIXADO	10,75%	11.774	14.718	17.661
Swap ponta passiva	(131.031)	Aumento do CDI	11,79%	(15.449)	(19.311)	(23.173)
Efeito líquido da exposição do risco de taxa de juros	(131.031)			(15.449)	(19.311)	(23.173)
Efeito líquido das operações de hedge accounting	(131.031)			(15.449)	(19.311)	(23.173)
Demais operações - Pós-fixadas						
Aplicações financeiras	14.014	Aumento do CDI	11,79%	1.652	2.065	2.478
Títulos e valores mobiliários - LFT	88.185	Aumento do SELIC	11,79%	10.397	12.996	15.596
Arrendamentos a pagar	(64.934)	Aumento do CDI	11,79%	(7.656)	(9.570)	(11.484)
Empréstimos e financiamentos	(134.741)	Aumento do IPCA	5,20%	(7.007)	(8.758)	(10.510)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira pós-fixada	(97.477)			(2.614)	(3.267)	(3.920)
Demais operações - Pré-fixadas						
Títulos e valores mobiliários - LTN	124.611	Aumento do CDI	11,79%	14.692	14.692	14.692
Arrendamentos por direito de uso	(13.206)	Aumento do CDI	11,79%	(1.557)	(1.557)	(1.557)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira pré-fixada	111.405			13.135	13.135	13.135
Exposição líquida total	13.928			10.521	9.868	9.215
Consolidado						
Operação	Exposição	Risco	Taxa provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50% -
Risco de taxa de juros						
Senior Notes " BOND" (objeto)	(109.526)	PRÉ-FIXADO	10,75%	(11.774)	(14.718)	(17.661)
Senior Notes " BOND" (objeto)	109.526	PRÉ-FIXADO	10,75%	11.774	14.718	17.661
Swap ponta passiva	(131.031)	Aumento do CDI	11,79%	(15.449)	(19.311)	(23.173)
Efeito líquido da exposição do risco de taxa de juros	(131.031)			(15.449)	(19.311)	(23.173)
Efeito líquido das operações de hedge accounting	(131.031)			(15.449)	(19.311)	(23.173)
Demais operações - Pós-fixadas						
Aplicações financeiras	15.883	Aumento do CDI	11,79%	1.873	2.341	2.809
Títulos e valores mobiliários - LFT	90.503	Aumento do SELIC	11,79%	10.670	13.338	16.005
Arrendamentos a pagar	(64.934)	Aumento do CDI	11,79%	(7.656)	(9.570)	(11.484)
Empréstimos e financiamentos	(133.741)	Aumento do IPCA	5,20%	(6.955)	(8.693)	(10.432)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira pós-fixada	(92.290)			(2.068)	(2.584)	(3.102)
Demais operações - Pré-fixadas						
Títulos e valores mobiliários - LTN	127.887	Aumento do CDI	11,79%	15.078	15.078	15.078
Arrendamentos por direito de uso	(13.206)	Aumento do CDI	11,79%	(1.557)	(1.557)	(1.557)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira pré-fixada	114.681			13.521	13.521	13.521
Exposição líquida total	22.391			11.453	10.937	10.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Empresa, refletidas nas receitas e despesas financeiras, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Quando ocorrer a liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser diferentes dos demonstrados acima.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021
Caixa	206	2	206
Bancos	589	482	749
Total de disponibilidades	795	484	955
CDB - Certificado de depósitos bancários	11.644	2.613	13.464
Letras financeiras	1.858	1.714	1.907
Cotas de fundos	512	343	512
Total de aplicações financeiras	14.014	4.670	15.883
Total	14.809	5.154	16.838

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o rendimento médio das aplicações financeiras foi 9,06 % a.a. (2,33% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

7 Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

	31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021
Operações			
Títulos públicos - Fundos exclusivos			
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	88.185	120.460	90.503
LTN - Letras do Tesouro Nacional	124.611	92.341	127.887
Total	212.796	212.801	218.390

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos é definido por taxas pré-fixada e pós-fixada (LTN pré-fixada e LFT SELIC). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o rendimento médio foi de 9,06% a.a. (2,05% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

8 Contas a receber

	31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021
Valores a receber de serviços e locações, incluindo valores a receber com cartões de crédito	150.720	137.525	150.720
Ativos de contrato	31.142	55.019	31.142
Contas a receber - partes relacionadas (nota 26)	37.578	81.999	37.578
Outras contas a receber	1.108	-	1.108
(-) Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(21.574)	(22.334)	(21.574)
Total	198.974	252.209	198.974
Ativo circulante	115.844	172.747	115.844
Ativo não circulante	83.130	79.462	83.130
Total	198.974	252.209	198.974

8.1 Classificação por vencimento (aging list) e perdas esperadas ("impairment") de contas a receber

				Controladora e Consolidado 31/12/2021
	Contas a receber	Perdas esperadas	%	Total líquido
Total a vencer	97.294	(122)	0,13%	97.172
Vencidos em até 30 dias	4.477	(21)	0,47%	4.456
Vencidos de 31 a 90 dias	195	(9)	4,62%	186
Vencidos de 91 a 180 dias	878	(117)	13,33%	761
Vencidos de 181 a 365 dias	16.452	(108)	0,66%	16.344
Vencidos a mais de 365 dias (i)	101.252	(21.197)	20,93%	80.055
Total vencidos	123.254	(21.452)	40,00%	101.802
Total	220.548	(21.574)	40,13%	198.974

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Controladora
				31/12/2020
	Contas a receber	Perdas esperadas	%	Total líquido
Total a vencer	162.811	(130)	0,08%	162.681
Vencidos em até 30 dias	5.550	(55)	0,99%	5.495
Vencidos de 31 a 90 dias	7.505	(39)	0,52%	7.466
Vencidos de 91 a 180 dias	4.689	(18)	0,38%	4.671
Vencidos de 181 a 365 dias	5.204	(170)	3,27%	5.034
Vencidos a mais de 365 dias (i)	88.784	(21.922)	24,69%	66.862
Total vencidos	111.732	(22.204)	29,85%	89.528
Total	274.543	(22.334)	29,93%	252.209

(i) O saldo de R\$ 101.252 vencido acima de 365 dias, contempla R\$ 79.678 (R\$ 88.784 e R\$ 81.201 em 31 de dezembro de 2020) referente a recebíveis originados por contratos de serviços e locações prestados ao Estado do Rio de Janeiro em anos anteriores, que estão sendo discutidos em processos judiciais de cobrança e estão classificados no ativo não circulante.

As movimentações das perdas esperadas (“*impairment*”) de contas a receber estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(22.334)
(-) adições	(537)
(+) reversões	1.297
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(21.574)
	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(20.759)
(-) adições	(1.605)
(+) reversões	30
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(22.334)

As perdas esperadas (“*impairment*”) de contas a receber foram apuradas considerando as premissas descritas na nota explicativa 5.3.a (ii).

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
PIS e COFINS	33.783	34.328	33.783
INSS	9.350	11.906	9.350
ICMS	523	621	523
ISS	621	523	621
Imposto de renda retido na fonte - IRRF e outros	122	204	122
Total	44.399	47.582	44.399
Ativo circulante	16.757	10.428	16.757
Ativo não circulante	27.642	37.154	27.642
Total	44.399	47.582	44.399

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Ativo imobilizado disponibilizado para venda

As movimentações nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Custo:			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	87.329	9.147	96.476
Adições		-	-
Bens transferidos do imobilizado	99.683	-	99.683
Bens baixados por venda	(131.164)	-	(131.164)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	55.848	9.147	64.995
Depreciação acumulada:			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(33.606)	(8.647)	(42.253)
Adições		-	-
Bens transferidos do imobilizado	(32.197)	-	(32.197)
Bens baixados por venda	41.665	-	41.665
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(24.138)	(8.647)	(32.785)
Saldo residual líquido:			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	53.723	500	54.223
Saldos em 31 de dezembro de 2021	31.710	500	32.210

11 Outros créditos

	Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Partes relacionadas (nota 26)	43.006	31.179	39.839
Cauções imobiliárias	306	550	306
Sinistros a receber - processos cíveis	60	-	60
Adiantamentos a fornecedores	12.774	5.954	12.774
Outros	5.515	37	5.658
Total	61.660	37.720	58.637
Ativo circulante	60.420	34.153	57.397
Ativo não circulante	1.240	3.567	1.240
Total	61.660	37.720	58.637

12 Ativos para cumprimento de contratos

	Controladora e Consolidado						Total
	Gastos com Veículos (i)	Exames admissionais (ii)	Impostos, taxas e licenças (iii)	Serviços contratados (iv)	Equipamentos e materiais (v)	Outros	
Custo:							
Em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	-
Adições	419	294	162	798	481	153	2.307
Em 31 de dezembro de 2021	419	294	162	798	481	153	2.307

(i) Refere-se a gastos com veículos previstos em contratos como abastecimento, vistorias para licenciamento de veículos, seguros, instalação de rastreadores.

(ii) Exames admissionais obrigatórios aos colaboradores alocados nos contratos de prestação de serviço.

(iii) Refere-se aos impostos, taxas e licenças obrigatórios para prestação de serviço dos contratos para futura geração de receita.

(iv) Refere-se a serviços contratados para prestação dos serviços como por exemplo instalações de rastreadores e de equipamentos, aferição de tacógrafos, serviços de transporte de equipamentos e veículos e vistorias.

(v) Refere-se a compra de materiais e equipamentos exigidos em contrato para prestação do serviço e consequente geração futura de receita como uniformes, caminhão cegonha para veículos, material de segurança e EPI.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando como base as informações contábeis das investidas.

13.1 Movimentação dos investimentos

Investimentos	31/12/2020	Aporte de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Outras movimentações	31/12/2021	Participação %	Controladora
							Patrimônio líquido em 31/12/2021
BRT Sorocaba	13.298	15.112	(1.533)	(54)	26.823	49,75	53.915
Ágio BRT Sorocaba	2.284	-	-	-	2.284	-	-
ATU12	-	7.399	(24)	-	7.375	100,00	7.375
ATU18	-	15.524	(57)	-	15.467	100,00	15.467
Grãos do Piauí	-	7.402	(385)	-	7.017	64,00	10.964
Total investimentos	15.582	45.437	(2.000)	(54)	58.965		87.721

Investimentos	31/12/2020	Aporte de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Outras movimentações	31/12/2021	Participação %	Consolidado
							Patrimônio líquido em 31/12/2021
BRT Sorocaba	13.298	15.112	(1.533)	(54)	26.823	49,75	26.823
Total investimentos	13.298	15.112	(1.533)	(54)	26.823		26.823

13.2 Saldos patrimoniais e de resultado da controlada em conjunto

Investimentos	31/12/2021							
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas líquidas	Custos, despesas e outras receitas	Lucro / (prejuízo) líquido do período
BRT Sorocaba Concessionárias	14.689	249.999	29.990	180.783	53.915	77.400	(80.483)	(3.083)
ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A	2.399	7.159	2.183	-	7.375	-	(24)	(24)
ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A	1.667	14.808	1.008	-	15.467	-	(57)	(57)
Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A	4.377	8.948	2.362	-	10.964	-	(602)	(602)

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Imobilizado

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e também o comparativo de 2020 do consolidado estão demonstradas abaixo:

									Controladora
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso	Outros	Total
Custo:									
Saldos em 31 de dezembro de 20	474.610	36.965	5.998	636	2.681	1.323	30.536	140	552.889
Adições	161.662	-	25	497	892	616	1.031	104	164.828
Transferências	252	-	1.540	-	(285)	(1.539)	-	-	(32)
Transferência para bens destinados a venda	(99.683)	-	-	-	-	-	-	-	(99.683)
Baixa de ativos e outros	(12.022)	-	-	-	-	-	-	-	(12.022)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	524.819	36.965	7.563	1.133	3.288	400	31.567	244	605.980
Depreciação acumulada:									
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(57.196)	(22.820)	(4.792)	(549)	(1.043)	-	(13.181)	(7)	(99.587)
Despesa de depreciação no período	(29.965)	(2.589)	(827)	(69)	(254)	-	(6.391)	(76)	(40.171)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	(0)
Transferência para bens destinados a venda	32.197	-	-	-	-	-	-	-	32.197
Baixa de ativos e outros	2.600	-	-	-	-	-	-	-	2.600
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(52.364)	(25.409)	(5.619)	(618)	(1.297)	-	(19.572)	(83)	(104.962)
Saldo líquido:									
Saldos em 31 de dezembro de 2020	417.414	14.145	1.206	87	1.638	1.323	17.355	133	453.302
Saldos em 31 de dezembro de 2021	472.455	11.556	1.945	515	1.991	400	11.995	161	501.019
Taxa média de depreciação no período de 2021:									
Veículos leves	5,96%	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos, máquinas e equipamentos pesados	6,72%	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	14,69%	14,00%	20,00%	9,66%	-	20,7%	10,01%	-
Taxa média de depreciação no período de 2020:									
Veículos leves	10,1%	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos, máquinas e equipamentos pesados	7,7%	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	15%	14,2%	20,00%	10%	-	20,7%	10,0%	-

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora								
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso	Outros	Total
Custo:									
Em 31 de dezembro de 2019	496.715	36.512	5.604	629	2.120	2.371	38.993	450	583.394
Adições	144.699	750	-	7	1.091	1.071	11.047	14	158.679
Transferências	(2.946)	-	1.924	-	(530)	(1.924)	-	3.476	-
Transferência para bens destinados a venda	(163.499)	(297)	-	-	-	-	-	-	(163.796)
Baixa de ativos e outros	(359)	-	(1.530)	-	-	(195)	(19.504)	(3.800)	(25.388)
Em 31 de dezembro de 2020	474.610	36.965	5.998	636	2.681	1.323	30.536	140	552.889
Depreciação acumulada:									
Em 31 de dezembro de 2019	(69.782)	(20.208)	(5.187)	(525)	(810)	-	(9.780)	(586)	(106.878)
Despesa de depreciação no exercício	(56.318)	(2.790)	(1.030)	(24)	(233)	-	(7.514)	(132)	(68.041)
Transferências	1.919	45	-	-	-	-	-	(1.964)	-
Transferência para bens destinados a venda	66.860	133	-	-	-	-	-	-	66.993
Baixa de ativos e outros	125	-	1.425	-	-	-	4.113	2.675	8.338
Em 31 de dezembro de 2020	(57.196)	(22.820)	(4.792)	(549)	(1.043)	-	(13.181)	(7)	(99.588)
Saldos líquidos:									
Em 31 de dezembro de 2019	426.933	16.304	417	104	1.310	2.371	29.213	(136)	476.516
Em 31 de dezembro de 2020	417.414	14.145	1.206	87	1.638	1.323	17.355	133	453.301
Taxa média de depreciação (%) nos exercícios de 2020 e 2019									
Leves	10,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesados	7,7	15,0	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	14,2	20,0	10,0	-	20,7	10,0	-

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

									Consolidado
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso	Outros	Total
Custo:									
Saldos em 31 de dezembro de 2020 – somente controladora	474.610	36.965	5.998	636	2.681	1.323	30.536	140	552.889
Adições	163.097	-	25	497	892	1.995	1.031	104	167.642
Transferências	252	-	1.540	-	(285)	(1.539)	-	-	(32)
Transferência para bens destinados a venda	(99.683)	-	-	-	-	-	-	-	(99.683)
Baixa de ativos e outros (i)	(12.021)	-	-	-	-	-	-	-	(12.021)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	526.255	36.965	7.563	1.133	3.288	1.779	31.567	244	608.795
Depreciação acumulada:									
Saldos em 31 de dezembro de 2020 – somente controladora	(57.196)	(22.820)	(4.792)	(549)	(1.043)	-	(13.181)	(7)	(99.587)
Despesa de depreciação no período	(29.965)	(2.589)	(827)	(69)	(254)	-	(6.391)	(76)	(40.171)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	(0)
Transferência para bens destinados a venda	32.197	-	-	-	-	-	-	-	32.197
Baixa de ativos e outros (i)	2.600	-	-	-	-	-	-	-	2.600
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(52.364)	(25.409)	(5.619)	(618)	(1.297)	-	(19.572)	(83)	(104.962)
Saldo líquido:									
Saldos em 31 de dezembro de 2020	417.414	14.145	1.206	87	1.638	1.323	17.355	133	453.302
Saldos em 31 de dezembro de 2021	473.890	11.556	1.945	515	1.991	1.779	11.995	161	503.833
Taxa média de depreciação no período de 2021									
Veículos leves	5,96%	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos, máquinas e equipamentos pesados	6,72%	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	14,69%	6,00%	20,00%	9,66%	-	5,52%	10,01%	-

14.1 Arrendamento de itens do ativo imobilizado

Parte dos ativos foram adquiridos pela Empresa por meio de arrendamento substancialmente representados por veículos, máquinas e equipamentos. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>
Custo - arrendamentos capitalizados	96.337	96.337
Depreciação acumulada	(16.920)	(16.920)
Saldo contábil, líquido	79.417	79.417

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Intangível

	Controladora		
	Softwares	Outros (ii)	Total
Custo:			
Em 31 de dezembro de 2020	2.914	1.750	4.664
Adições	740	15.625	16.365
Baixas	-	(15.625)	(15.625)
Em 31 de dezembro de 2021	3.654	1.750	5.404
Amortização acumulada:			
Em 31 de dezembro de 2020	(1.768)	(1.750)	(3.518)
Despesas de amortização no exercício	-	-	-
Baixas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	(1.768)	(1.750)	(1.768)
Saldo líquido:			
Em 31 de dezembro de 2020	1.146	-	1.146
Em 31 de dezembro de 2021	1.886	-	1.886
Taxa média de amortização no exercício:	20,0%	0,0%	-

	Consolidado									
	Ágio (i)	Softwares	Outros (ii)	Outorgas das concessões (ii)	Projetos (iii)	Serviços contratados (iv)	Impostos e taxas (v)	Comissões (vi)	Consultorias (vii)	Total
Custo:										
Em 31 de dezembro de 2020 – saldos da controladora	-	2.914	1.750	-	-	-	-	-	-	4.664
Adições	2.285	740	15.625	15.625	6.413	1.495	1.091	300	1.825	45.399
Baixas	-	-	(15.625)	-	-	-	-	-	-	(15.625)
Em 31 de dezembro de 2021	2.285	3.654	1.750	15.625	6.413	1.495	1.091	300	1.825	34.438
Amortização acumulada:										
Em 31 de dezembro de 2020	-	(1.768)	(1.750)	-	-	-	-	-	-	(3.518)
Despesas de amortização no exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	-	(1.768)	(1.750)	-	-	-	-	-	-	(3.518)
Saldo líquido:										
Em 31 de dezembro de 2020	-	1.146	-	-	-	-	-	-	-	1.146
Em 31 de dezembro de 2021	2.285	1.887	-	15.625	6.413	1.495	1.091	300	1.825	30.920
Taxa média de amortização no exercício:		20,0%	0,0%	-	-	-	-	-	-	-

(i) Ágio referente ao BRT Sorocaba, controlada indireta da CS Holding e direta da controlada CS Transportes.

(ii) Outorgas das concessões dos portos ATU12 e ATU18 estavam inicialmente contabilizadas na controladora CS Transportes por ser a empresa que participou dos leilões, e posteriormente os valores de R\$ 2.500 e R\$ 13.125 pagos de outorgas foram aportados nas SPEs ATU12 e ATU18 respectivamente considerando o especificado nos contratos de concessão.

(iii) Refere-se a projetos de estudos de viabilidade da concessão.

(iv) Refere-se a contratação de serviços para participação no leilão de concessão, conforme exigido pelo edital, o qual deu origem a SPE em questão e seguros.

(v) Refere-se aos impostos e taxas obrigatórios para o funcionamento da operação.

(vi) Refere-se a comissões pagas para captação de financiamentos junto ao BNB na controladora Grãos do Piauí.

(vii) Refere-se a consultorias contratadas sendo consultoria jurídica, consultoria financeira e consultoria de engenharia.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Veículos, máquinas e equipamentos	39.625	38.781	40.993
Fornecedores de veículos para Locação - Reverse Factoring	-	6.375	-
Peças e manutenção	4.497	19.905	4.497
Partes relacionadas (nota 26)	27.168	16.978	27.168
Material de estoque	1.478	1.449	1.478
Serviços contratados	1.625	1.479	1.920
Aluguel de imóveis	105	1.950	105,02
Outros	5.355	6.670	5.361
Total	79.852	93.587	81.522

17 Risco sacado a pagar – montadoras

A Empresa firmou convênios com instituições financeiras denominado "risco sacado" para gerir os valores a serem pagos de compras de veículos junto a montadoras. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de veículos para as instituições financeiras.

Os contratos firmados com as instituições financeiras não são garantidos pelos ativos (veículos) vinculados às operações securitizadas.

Modalidade	Taxa média a.a.	Vencimento	31/12/2021		Consolidado	
			Total	Amortização	Juros apropriados	Total
Em moeda nacional						
Risco sacado	-	-	-	(1.871)	1	1.870

Modalidade	Taxa média a.a.	Vencimento	31/12/2020		Movimentação			31/12/2019
			Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Total
Em moeda nacional								
Risco sacado	6,9%	Fev/21	1.870	10.178	(15.566)	(102)	779	6.581

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Empréstimos e financiamentos

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas a seguir:

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2021			Movimentação				Controladora 31/12/2020		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional													
CCBs	5,07%	CDI + 3,17%	jul/23	30.363	19.931	50.293	-	(10.000)	(3.949)	4.332	10.114	49.796	59.910
Finame I	3,06%	Pré Fixado	out/22	-	-	-	-	(601)	(3)	3	267	334	601
FNE	-	IPCA + 1,59%	jan/24	2	-	2	17.366	(17.364)	-	-	-	-	-
NPs	3,40%	CDI + 1,50%	set/22	83.187	8	83.195	-	(72.500)	(6.738)	7.815	80.707	73.911	154.618
CDCs	4,95%	CDI + 3,05%	jul/22	1.251	-	1.251	-	(2.043)	(68)	153	2.011	1.198	3.209
				114.803	19.938	134.741	17.366	(102.508)	(10.758)	12.303	93.099	125.239	218.338

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2020			Movimentação				Controladora 31/12/2019		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional													
CCBs (v)	5,07%	CDI + 3,17%	jul/23	10.114	49.796	59.910	60.000	-	(1.401)	1.311	-	-	-
Finame (i)	3,06%	Pré-fixada	out/22	267	334	601	-	(3.099)	(49)	45	1.125	2.579	3.704
Finame (i)	-	-	-	-	-	-	-	(15.586)	(417)	300	3.373	12.330	15.703
NPs (iii)	3,40%	CDI + 1,50%	set/22	80.707	73.911	154.618	-	(3.000)	(134)	7.422	4.806	145.524	150.330
FNE (ii)	-	-	-	-	-	-	-	(25.956)	(1.002)	1.192	15.221	10.545	25.766
CDCs (iv)	4,95%	CDI + 3,05%	jul/22	2.011	1.198	3.209	4.514	(1.935)	(60)	97	439	154	593
				93.099	125.239	218.338	64.514	(49.576)	(3.063)	10.367	24.964	171.132	196.096

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2021			Movimentação				Controladora e Consolidado 31/12/2020		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	MTM	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional													
MTM Swap - Bond	-	-	-	-	13.234	13.234	1.095	8.912	-	3.228	-	-	-
				-	13.234	13.234	1.095	8.912	-	3.228	-	-	-

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2021			Movimentação					Consolidado 31/12/2020		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Despesas de captação (a)	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional														
CCBs	5,07%	CDI + 3,17%	jul/23	30.363	19.931	50.293	-	-	(10.000)	(3.949)	4.332	10.114	49.796	59.910
Finame I	3,06%	Pré Fixado	out/22	-	-	-	-	-	(601)	(3)	3	267	334	601
FNE	-	IPCA + 1,59%	jan/24	2	(1.000)	(998)	17.366	(1.000)	(17.364)	-	-	-	-	-
NPs	3,40%	CDI + 1,50%	set/22	83.187	8	83.195	-	-	(72.500)	(6.738)	7.815	80.707	73.911	154.618
CDCs	4,95%	CDI + 3,05%	jul/22	1.251	-	1.251	-	-	(2.043)	(68)	153	2.011	1.198	3.209
				114.803	18.938	133.741	17.366	(1.000)	(102.508)	(10.758)	12.303	93.099	125.239	218.338

(a) Despesas incorridas para captação do financiamento na modalidade FNE nas ATUs 12 e 18 onde o saldo da dívida em si ainda não foi recebido pelas Empresas, apenas a despesa com captação foi incorrida.

- (i) **FINAME** são financiamentos para investimentos em veículos pesados, máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Os contratos firmados são relativos à compra de novos ativos pelo processo normal de renovação ou expansão da frota. Os contratos de Finame possuem carência que variam de seis meses até dois anos de acordo com o produto financiado, as amortizações de juros e principal são mensais após o exercício de carência. Esses financiamentos não possuem cláusulas de compromisso;
- (ii) **FNE** referem-se as operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Banco Nordeste, para financiamentos e investimentos em veículos pesados, leves, máquinas e equipamentos utilizados nas operações de gestão do caixa do Grupo. Esses contratos possuem vencimentos variados, as carências que são de três meses a um ano, e alguns ativos podem ficar alienados de acordo com o produto financiado. As amortizações de juros e principal são mensais, após o exercício de carência e não possuem cláusulas de compromisso;
- (iii) **NPs** se referem a notas comerciais de promessas de pagamentos emitidas para reforço do capital de giro, dentro da gestão ordinária de seus negócios. Esses contratos possuem vencimentos variados, com amortizações de juros e principal no final do contrato. Esses contratos possuem uma cláusula de compromissos: manutenção de índices financeiros. A Empresa utiliza os índices financeiros consolidados da controladora Simpar.
- (iv) **CDC** é uma modalidade de financiamento com a finalidade de subsidiar o capital de giro, para aquisição de produtos, veículos, máquinas e equipamentos em geral inclusive serviços. São operações utilizadas para gestão do caixa e não possuem cláusulas de compromisso;
- (v) **CCBs** são Cédulas de Crédito Bancário adquiridas junto a instituições financeiras com a finalidade de subsidiar o capital de giro, além de financiar a compra de veículos para as operações. Esses contratos possuem vencimentos variados, sendo semestrais e não possuem cláusulas de compromisso;

A Empresa e suas controladas monitoram a manutenção dos *covenants* trimestralmente e a manutenção dos índices foi realizada em todos os trimestres.

Determinados contratos possuem cláusulas de compromisso de manutenção de índices financeiros calculados com base na Dívida Financeira Líquida, *EBITDA-Adicionado (EBITDA-A)* e Despesa Financeira Líquida, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Simpar S/A..

“Dívida Financeira Líquida para fins de *covenants* financeiros” significa saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Avalista, incluídas as Notas Comerciais e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (*hedge*) e subtraídos (a) os valores em caixa e em aplicações financeiras e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos *Floor Plan*);

“*EBITDA-Adicionado para fins de *covenants* financeiros*” significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, *impairment* dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido do custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o *EBITDA-Adicionado* dos últimos 12 (doze) meses das Empresas incorporadas e/ou adquiridas pela Avalista; e

“Despesa Financeira Líquida para fins de *covenants* financeiros” significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Arrendamentos a pagar

Contratos de arrendamentos financeiros na modalidade de Finame *leasing* e arrendamentos financeiros para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional da Empresa que possuem encargos anuais pós-fixados estão distribuídos da seguinte forma:

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2021			Movimentação			Controladora e Consolidado 31/12/2020		
				Circulante	Não circulante	Total	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional												
Arrendamento mercantil - Leasing	8,2%	CDI + 4,15%	fev/25	28.124	36.810	64.934	(35.144)	(1.483)	4.561	34.553	62.447	97.000

20 Arrendamentos por direito de uso

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Empresa é a arrendatária são apresentadas abaixo. As informações relativas aos ativos por direito de uso estão divulgadas na nota explicativa 13.

	Controladora e Consolidado 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Passivo de arrendamento no início do exercício	18.306	30.224
Adição	1.031	11.047
Baixa	(8)	(16.241)
Amortização	(5.183)	(6.867)
Juros pagos	(2.599)	(1.781)
Juros apropriados	1.659	1.924
Passivo de arrendamento no final do exercício	13.206	18.306
Circulante	4.296	5.862
Não circulante	8.910	12.444
Total	13.206	18.306

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Empresa arrenda, substancialmente, imóveis em que operam suas áreas operacional e administrativa. Os contratos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado e, alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, a Empresa é impedido de entrar em quaisquer contratos de sub-arrendamento.

A Empresa chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da empresa (“*spread*” de crédito). Os “*spreads*” foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme requerido pelo CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, §33:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa % a.a.
1	4,21
2	5,59
3	6,93
5	8,34
10	9,33
15	9,66
20	10,15

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS / COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado valor presente
Contraprestação do arrendamento	19.211	13.901
PIS/COFINS	1.773	1.282

A Administração da Empresa na mensuração e na remensuração de seus arrendamentos mercantis e seus correspondentes ativos, utilizou-se da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Caso a Empresa tivesse considerado a inflação (substancialmente IGP-M) em seu fluxo de caixa o efeito sobre os ativos de direito de uso e os arrendamentos seria um aumento aproximado de R\$ 695.

21 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Salários	4.214	7.410	4.433
Provisões de férias, encargos e bônus	13.810	8.714	13.810
INSS	8.272	7.540	8.384
FGTS	661	600	688
Outras	754	988	840
Total	27.711	25.252	28.156

22 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Adiantamentos de clientes - prefeituras (i)	-	16.348	-
Adiantamentos de clientes - venda de veículos	20.274	20.446	20.274
Adiantamentos de clientes – partes relacionadas (nota 26)	-	4.880	-
Total	20.274	41.674	20.274

(i) Esses adiantamentos referem-se a valores recebidos antecipadamente de passagem do transporte urbano.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Contas a pagar dos consórcios Sorocaba	1.621	6.646	1.621
Reserva de seguros	6.268	6.049	6.268
Outras contas a pagar - partes relacionadas (nota 26)	4.774	4.697	4.774
Provisão de serviços de terceiros	4.311	3.315	4.311
Outras	91	45	117
Total	17.066	20.752	17.092
Circulante	15.042	20.339	15.070
Não circulante	2.024	413	2.022
Total	17.066	20.752	17.092

24 Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas

A Empresa, no curso normal de seus negócios, recebe demandas e reclamações de caráter cível, tributárias e trabalhistas discutidas em fóruns administrativo e judicial, ocasionando, inclusive, bloqueios bancários e depósitos judiciais com garantia de parte dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, as quais estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais conforme demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado	
	Depósitos judiciais		Provisões		Depósitos judiciais	Provisões
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021
Trabalhistas	2.626	3.366	(1.577)	(2.552)	2.626	(1.577)
Cíveis	706	626	(1.130)	(594)	706	(1.130)
Tributárias	175	175	-	-	175	-
	3.507	4.167	(2.707)	(3.146)	3.507	(2.707)

24.1 Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a conta corrente judicial ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em conexão com ações judiciais em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente.

24.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Empresa classifica os riscos de perda com riscos e reclamações tributárias, cíveis e trabalhistas como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Empresa acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais.

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas a seguir:

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		
	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(4.149)	(969)	(5.118)
Constituição	(8.027)	(1.754)	(9.781)
Reversão	2.356	980	3.336
Liquidação	7.268	1.149	8.417
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.552)	(594)	(3.146)
Constituição	(515)	(1.118)	(1.633)
Reversão	1.491	581	2.072
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.576)	(1.130)	(2.707)

	Consolidado		
	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.552)	(594)	(3.146)
Constituição	(515)	(1.118)	(1.633)
Reversão	1.491	581	2.072
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.576)	(1.130)	(2.707)

Trabalhistas

A provisão para demandas trabalhistas foi constituída para cobrir os riscos de perda oriundos de ações judiciais reclamando indenizações por horas extras, horas *in itinere*, adicional de periculosidade, de insalubridade, acidentes de trabalho e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade solidária.

Cíveis

Os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, a pleitos de indenização por acidente de trânsito, cujos pedidos correspondem à reparação de danos morais e materiais.

24.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Empresa possui em 31 de dezembro de 2021 e 2020, processos em andamento de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias nas esferas judicial e administrativa que são considerados pela Administração e seus assessores jurídicos com a probabilidade de perda possível, conforme tabela a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Trabalhistas	8.594	6.050	8.594
Cíveis	11.291	12.545	11.291
Tributárias (i)	3.904	71.170	3.904
Total	23.789	89.765	23.789

Trabalhistas

As demandas trabalhistas são relacionadas a ações judiciais reclamando indenizações por reflexos trabalhistas movidas por ex-colaboradores da Empresa.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cíveis

As demandas cíveis estão relacionadas a pedidos indenizatórios por perdas e danos por motivos diversos contra a Empresa, da mesma natureza das mencionadas na nota explicativa 23.2, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais.

Tributárias

As principais naturezas das demandas são: (i) questionamentos relativos a eventuais não recolhimentos de ICMS; (ii) questionamentos de parte das parcelas de créditos relativos a PIS e COFINS que compõem o saldo negativo apresentado em PER/DCOMP; (iii) questionamentos relativos a créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS; (iv) questionamentos relativos a compensação de créditos de IRPJ e CSLL e (v) questionamentos relativos a apropriação de créditos de ICMS.

(i) Durante o exercício de 2020, a Empresa foi questionada quanto a apropriação de créditos de ICMS no valor de R\$ 60.521. Os créditos referem-se à aquisição de veículos revendidos à Órgãos Públicos do Estado do Rio de Janeiro. Para este tipo de operações, a legislação do Estado do Rio de Janeiro disciplina a isenção da revenda, autorizando, contudo, que os contribuintes mantenham o saldo de créditos de ICMS decorrentes das aquisições dos bens, sendo manifesta a legitimidade do procedimento adotado pela Empresa. Os créditos questionados não foram utilizados pela Empresa e em fevereiro de 2021 após análise da matéria e documentos juntados o escritório terceirizado responsável pelo processo entende ser remota a probabilidade de perda.

25 Imposto de renda e contribuição social

25.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nas diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

	31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021
Créditos fiscais			
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	351
Provisão para demandas judiciais e administrativas (i)	12.923	14.226	12.923
Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	4.964	5.195	4.964
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	490		490
Provisão sobre encargos trabalhistas e tributários	5.218	2.097	5.218
Impacto do Arrendamentos por direito de uso	412		412
Depreciação de arrendamento por direito de uso	361		361
Outras provisões	396	3.641	397
Total do imposto diferido ativo	24.764	25.159	25.116
Imposto diferido passivo			
Receita diferida de órgãos públicos	(26.316)	(25.701)	(26.316)
Derivativos de hedge (swap) e variação cambial em regime tributário de caixa	(1.097)	-	(1.097)
Depreciação econômica vs. fiscal	(8.843)	(2.816)	(8.843)
Imobilização <i>leasing</i> financeiro	(24.715)	(25.674)	(24.715)
Outros	-	-	-
Total do imposto diferido passivo	(60.971)	(54.191)	(60.971)
Total débitos fiscais, líquidos	(36.207)	(29.032)	(35.855)
Tributos diferidos ativos	-	-	352
Tributos diferidos passivos	(36.207)	(29.032)	(36.207)
Total débitos fiscais, líquidos	(36.207)	(29.032)	(35.855)

(i) Refere-se a provisão sobre a realização dos impostos a recuperar de ICMS decorrente de serviços e locações prestadas ao Estado do Rio de Janeiro em anos anteriores conforme mencionado na nota explicativa 8.1.

As movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos nos exercícios findos em 31 de

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas a seguir:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(27.410)
IRPJ / CSLL diferidos reconhecidos no resultado	(1.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(29.032)
IRPJ / CSLL diferidos reconhecidos no resultado – controladora e consolidado	(7.175)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(36.207)

25.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	42.642	18.672
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(14.498)	(6.348)
(Adições) exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	(680)	(175)
Efeitos dos juros sobre capital próprio - recebidos e pagos	3.041	2.509
Incentivos fiscais - PAT	217	110
Despesas indedutíveis e outras (adições) exclusões permanentes	(240)	(629)
IRPJ e CSLL apurados	(12.160)	(4.533)
Corrente	(4.985)	(2.911)
Diferido	(7.175)	(1.622)
IRPJ e CSLL no resultado	(12.160)	(11.808)
Alíquotas efetivas	-28,52%	-24,28%

As declarações de imposto de renda da Empresa estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades os quais seriam sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

25.3 Imposto de renda e da contribuição social a recuperar e a recolher

As movimentações do imposto de renda e contribuição social correntes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas a seguir:

	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.246
Provisão de IR/CS do período a pagar	(2.911)
Antecipações, compensações e recolhimentos no período	6.358
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.693
Provisão de IR/CS do período a pagar	(4.985)
Antecipações, compensações e recolhimentos no período	2.549
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.257
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - circulante	11.257
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - não circulante	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.257

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.693
Provisão de IR/CS do período a pagar	(4.985)
Antecipações, compensações e recolhimentos no período	2.614

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.322
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - circulante	11.322
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - não circulante	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.322

26 Partes relacionadas

26.1 Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo)

As naturezas dos saldos em contas de balanço patrimonial com partes relacionadas são as seguintes:

- (i) Contas a receber: saldos oriundos de transações comerciais de compra e venda de ativos, locação de ativos e prestação de serviços, conforme termos e condições definidos na nota explicativa 26.2 (i), (ii) e (iii).
- (ii) Outros créditos: saldos oriundos de reembolsos de despesas diversas e de rateio de despesas comuns pagas à Empresa, conforme termos e condições definidos na nota explicativa 26.2 (iv).
- (iii) Adiantamentos de clientes: recebimento antecipado referente a venda de ativos, locação de ativos e prestação de serviços que ainda não foram realizados / entregues.
- (iv) Partes relacionadas a receber e a pagar: se referem à contratos de mútuo mantidos entre a Empresa e outras partes relacionadas.
- (v) Outras contas a pagar: saldos a pagar para reembolso de despesas da Empresa custeadas por outras partes relacionadas.
- (vi) Fornecedores: saldos oriundos de transações comerciais de compra e venda de ativos, locação de ativos e prestação de serviços.

No quadro a seguir, estão os saldos das transações entre a Empresa e partes relacionadas:

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Contas a receber (nota 9)		Partes relacionadas		Ativo	
					Outros créditos	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Partes relacionadas						
CS Brasil Frotas	4.316	3.398	-	-	19.310	18.892
CS Participações (a)	79	60.336	-	75.668	11.475	-
CS Holding (a)	-	-	79.318	-	934	-
ATU12	-	-	-	-	1.907	-
ATU18	-	-	-	-	861	-
Grãos do Piauí	-	-	-	-	255	-
Ponto Veículos	79	35	-	-	-	-
Avante Veículos	72	-	-	-	-	-
BBC Leasing	176	179	-	-	-	-
Original Veículos	65	22	-	-	15	-
Vamos Locações de Caminhões	533	-	-	-	1.203	-
Transrio	13	-	-	-	-	-
Vamos Loc Cam Maq Equi	91	1.435	-	-	-	-
JSL S.A	6.607	16.018	-	-	901	385
Movida Locações	333	38	-	-	100	143
Movida Participações	213	50	-	-	10	-
Movida Gestão de Terc Frota S.A	43	-	-	-	-	-
Simpar	8	-	-	-	1.594	1.559
TPG Transportes	4.576	351	-	-	1.977	-
Mogi Mob transporte de passageiros Ltda	20.287	-	2.000	1.800	1.370	10.200
Mogi Passes	25	134	-	-	122	-
Joseense Transp Pass	58	-	-	-	-	-
Outros	3	3	121	-	973	-
Total	37.578	81.999	81.439	77.468	43.006	31.179
Circulante	37.578	81.999	-	-	43.006	31.179
Não circulante	-	-	81.439	77.468	-	-
Total	37.578	81.999	81.439	77.468	43.006	31.179

(a) Transferência de saldo entre as Partes Relacionadas CS Brasil Participações e CS Holding referente ao investimento da CS Brasil Frotas após reestruturação societária na JSL em novembro/2019.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora							
	Passivo							
	Fornecedores (nota 14) (iii)		Dividendos a pagar		Partes relacionadas		Outras contas a pagar (Nota 20)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Partes relacionadas								
CS Brasil Frotas	885	3.065	-	-	-	-	549	-
CS Participações	129	776	-	-	-	-	138	-
CS Holding	-	-	2.550	-	-	-	-	-
Ponto Veículos	43	35	-	-	-	-	-	-
BBC Leasing	173	179	-	-	-	-	-	-
Original Veículos	44	89	-	-	-	-	-	-
Vamos Locações de Caminhões	4.017	5.223	-	-	-	-	-	-
Transrio	50	61	-	-	-	-	-	2
JSL S.A	2.349	4.747	-	-	-	453	878	-
Movida Locações	146	220	-	-	-	-	-	-
Movida Participações	52	57	-	-	-	-	-	-
Simpar	653	-	-	-	-	-	1.742	4.525
CS Finance (a)	-	-	-	-	107.070	-	-	-
TPG Transportes	6.549	2.322	-	-	-	-	1.394	144
Mogi Mob transporte de passageiros Ltda	11.248	185	-	-	-	-	-	-
Mogi Passes	129	12	-	-	-	-	-	6
Outros	701	7	-	-	453	-	73	20
Total	27.168	16.978	2.550	-	107.523	453	4.774	4.697
Circulante	27.168	16.978	2.550	-	-	-	4.774	4.697
Não circulante	-	-	-	-	107.523	453	-	-
Total	27.168	16.978	2.550	-	107.523	453	4.774	4.697

(a) Mútuo entre CS Finance e CS Brasil Transportes para cobertura dos títulos de dívidas emitidos no mercado internacional (bond), denominados em moeda corrente nacional (reais), no valor total de R\$100.000, remunerados à taxa de 149,81% do CDI ao ano e com vencimento em 12 de fevereiro de 2028.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ativo						Consolidado
	Contas a receber (nota 9)	Partes relacionadas	Outros créditos (nota 11)	Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	Fornecedores (nota 14)	Outras contas a pagar (nota 20)	Passivo
							Partes relacionadas a pagar
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Partes relacionadas							
CS Frotas	4.316	-	19.310	-	885	549	-
CS Participações	79	-	11.475	-	129	138	-
BBC Leasing S.A.	176	-	-	-	173	-	-
CS Finance	-	-	-	-	-	-	107.070
Consórcio Sorocaba	-	-	-	-	-	-	453
CS Holding	-	79.317	-	2.550	-	-	-
JSL S.A.	6.610	-	901	-	2.349	878	-
Medlogística Prestação de Serviços de Logística S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda.	21.318	2.000	1.370	-	11.248	-	-
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	25	-	122	-	129	-	-
Movida Locação de Veículos S.A.	114	-	100	-	146	-	-
Movida Participações S.A.	50	-	10	-	52	-	-
Original Veículos Ltda.	29	-	15	-	44	-	-
Ponto Veículos Ltda.	43	-	-	-	43	-	-
Quick Logística Ltda.	12	-	56	-	66	-	-
Simpar	8	-	1.594	-	653	1.742	-
Simpar Europe	-	-	606	-	-	-	-
TPG Transporte de Passageiros Ltda.	4.162	-	1.977	-	6.549	1.394	-
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	13	-	-	-	50	-	-
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	624	-	1.203	-	4.017	-	-
Medlogística	-	-	2	-	-	-	-
Movida Locação de Veículos Premium	-	-	-	-	1	-	-
Ciclus Ambiental S.A	-	-	-	-	634	-	-
Outros	-	-	1.098	-	-	73	-
Total	37.578	81.439	39.839	2.550	27.169	4.774	107.523
Circulante	37.578	-	39.839	2.550	27.169	4.774	453
Não circulante	-	81.439	-	-	-	-	107.070
Total	37.578	81.439	39.839	2.550	27.169	4.774	107.523

26.2 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

As transações entre partes relacionadas se referem a:

- (i) Locações de veículos e outros ativos efetuadas entre as empresas, por valores equivalentes de mercado, cujas precificações variam de acordo com as características dos veículos, data da contratação, e planilha de custos inerentes aos ativos, como depreciação e juros de financiamento;
- (ii) Serviços prestados referem-se a eventuais serviços contratados por valores equivalentes de mercado, principalmente relacionados a transportes de cargas ou intermediação de ativos desmobilizados e venda direta de montadoras;
- (iii) Venda de ativos desmobilizados, principalmente relacionados a veículos que costumavam ser locados por essas partes relacionadas, e por estratégia de negócios foram transferidos pelos valores residuais contábeis, que se aproximavam do valor de mercado;
- (iv) A Empresa compartilha certos serviços administrativos com as empresas da Empresa Simpar. Essas despesas são rateadas e repassadas pelo seu valor efetivamente incorrido para reembolso a ser recebido, ficando apresentadas nas contas contábeis de despesas administrativas e comerciais; e
- (vi) Eventualmente são realizadas transações de mútuo e cessão de direitos de contas a receber com empresas do Grupo Simpar. Os custos financeiros ou receitas financeiras oriundas dessas transações são calculadas por taxas definidas em contrato.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado	Consolidado							
	Locações e serviços prestados	Locações e serviços tomados	Receita na venda ativos	Custo na venda de ativos	Despesas administrativas, comerciais e recuperação de despesas	Outras receitas (despesas) operacionais	Receita financeira	Despesa financeira
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Transações eliminadas no resultado								
CS BRASIL	-	-	-	-	(8)	(4)	-	-
ATU 12	-	-	-	-	(92)	2	-	-
ATU 18	-	-	-	-	100	2	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
Transações com partes relacionadas								
CS Brasil	-	-	6.843	(6.843)	11.705	31	-	-
CS Frotas	1.208	(4.070)	-	-	-	-	1.949	-
CS Participações	-	(2.694)	-	-	-	-	-	-
CS Holding	-	-	-	-	-	-	2.393	-
Avante Veículos	-	(5)	2.848	(2.844)	525	-	-	-
JSL	725	-	2.745	(2.745)	-	-	-	-
Original Veículos Ltda.	-	(20)	844	(844)	-	40	-	-
Ponto Veículos Ltda	-	(8)	-	-	(227)	(77)	-	-
Vamos Locações de Caminhões, Máq e equip S.A	8	-	-	-	1.152	-	28	-
Mogi Mob Transp de Passageiros Ltda	432	-	-	-	80	-	-	-
Mogipasses Comércio de bilhetes Eletrônicos Ltda.	38	-	-	-	4	-	-	-
Movida Locação de Veículos S.A	-	(662)	-	-	-	-	-	-
SIMPAR	-	-	-	-	(6.115)	-	-	-
Ribeira Imóveis	-	(3.731)	-	-	-	-	-	-
Transrio Caminhões e Ônibus, máq e equip Ltda	-	(478)	-	-	179	-	-	-
TPG - Transporte de Passageiros Ltda	267	-	283	(235)	-	-	-	-
Quick Logística	-	(165)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	(276)	-	-	-	-	-	(8.317)
	2.678	(12.107)	13.563	(13.510)	7.302	(7)	4.370	(8.317)
Total	2.678	(12.107)	13.563	(13.510)	7.302	(7)	4.370	(8.317)

26.3 Transações ou relacionamentos com acionistas referentes à arrendamento de imóveis

A Empresa mantém contratos de locação de imóveis operacionais e administrativos com a parte relacionada Ribeira Imóveis Ltda. (“Ribeira Imóveis”), empresa sob controle comum. O valor dos aluguéis pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 6.521 (R\$ 5.056 em 31 de dezembro de 2020). Os contratos têm vencimentos até 2027.

26.4 Centro de serviços administrativos

A Empresa, com o objetivo de melhor distribuir os gastos comuns entre as empresas usuárias de serviços corporativos, efetua os respectivos rateios, de acordo com critérios definidos por estudos técnicos apropriados e sobre estes gastos compartilhados na mesma estrutura e *BackOffice*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante relativo à recuperação de despesas efetuado pela Empresa foi de R\$ 6.115 (R\$ 7.842 em 31 de dezembro de 2020). Não é cobrada taxa de administração ou aplica margem de rentabilidade sobre os serviços prestados repassando somente os custos.

26.5 Remuneração dos administradores

A Administração da Empresa é composta pela Diretoria Executiva, sendo que a remuneração dos executivos e administradores, inclui todos os benefícios, os quais foram registradas na rubrica “Despesas administrativas”, e estão resumidas conforme a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Remuneração fixa	(1.845)	(1.080)
Remuneração variável	(2.548)	(1.412)
Encargos e Benefícios	(44)	(37)
Remuneração baseada em ações	(887)	(85)
Total	<u>(5.324)</u>	<u>(2.614)</u>

Os administradores estão incluídos no plano de remuneração baseado em ações da controladora indireta Simpar S.A. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram exercidas opções de ações pelos administradores conforme mencionado na nota explicativa 27.2.

A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo.

27 Patrimônio líquido

27.1 Capital social

O capital social da Empresa, mantido pela CS Holding com 99,99% das quotas, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 585.714, dividido em 595.714.248 quotas, sem valor nominal mentido pela atual controladora CS Holding e Locação S.A (R\$ 595.714 em 31 de dezembro de 2020 mantido pela ex-controladora CS Participações com 99,99% das quotas).

	<u>Valor</u>	<u>Quotas</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	512.714	512.714.248
Aumento de capital (i)	83.000	83.000.000
Saldo em 31 de dezembro de 2020	595.714	595.714.248
Aumento de capital	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>595.714</u>	<u>595.714.248</u>

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Empresa teve um aumento de capital na importância de R\$ 83.000 mediante a criação de 83.000.000 quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

27.2 Reserva de Capital

a) Transações com pagamentos baseados em ações

i. Plano de opções de ações da Simpar

Os Planos da CS Transportes para opção de ações da Simpar são calculados com base na média da cotação das ações na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão, exceto pelo 2º lote do plano II que é calculado e apurado com base no último balanço aprovado pela Empresa, que deverá ser corrigido pela variação de 100% do CDI, desde a data da outorga das opções, até a data do efetivo pagamento à Sociedade do preço de exercício pelo beneficiário.

O valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo *Black-Scholes* de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

As opções outorgadas nos planos vigentes poderão ser exercidas, desde que observados os períodos de aquisição e exercício definidos nos contratos de outorga, e suas características estão indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano da outorga	Quantidade de opções	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da opção	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida da opção	Exercício de aquisição	Prazo do exercício
VII	2017	5.208	1	9,03	8,51	42,31%	11,02%	0,00%	5,2 anos	01/04/2017 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VII	2017	5.208	2	9,03	8,51	42,31%	11,15%	0,00%	5,2 anos	01/04/2017 a 01/04/2021	04/2020 a 06/2022
VII	2017	10.415	3	9,03	8,5	42,31%	11,30%	0,00%	5,2 anos	01/04/2017 a 01/04/2022	04/2020 a 06/2022

Movimentação durante os exercícios

A tabela a seguir apresenta a quantidade e a média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Direitos de opções de ações outorgadas	Direitos de ações em circulação	Preço médio do período (R\$)
Posição em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Ocorrências 2021	31.251	31.251	8,59
Posição em 31 de dezembro de 2021	31.251	31.251	-

	Quantidade de opções de ações				Preço médio do exercício (R\$)
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Opções de ações em circulação	
Posição em 31 de dezembro de 2018	80.321	-	-	80.321	9,36
Outorgas concedidas 2019	-	-	(36.671)	(36.671)	10,18
Posição em 31 de dezembro de 2019	80.321	-	(36.671)	43.650	9,07
Transferência de administradores (i)	135.571	-	-	135.571	9,07
Transferências aos beneficiários	-	-	(75.319)	(75.319)	10,18
Outorgas canceladas	-	(78.344)	-	(78.344)	11,93
Posição em 31 de dezembro 2020	215.892	(78.344)	(111.990)	25.558	10,06

(i) Conforme reestruturação da Empresa Simpar, parte dos administradores que estavam registrados na JSL, foram transferidos para a Empresa.

i. Plano de ações restritas e *matching*

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No dia 22 de outubro de 2018, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o plano de ações restritas que consiste na entrega de ações da Simpar (ações restritas) a colaboradores da Empresa de até 35% do valor de remuneração variável dos beneficiários a título de bônus, em parcelas anuais por quatro anos. Adicionalmente, os colaboradores poderão, a seu exclusivo critério, optar pelo recebimento de uma parcela adicional do valor de remuneração variável a título de bônus em ações da Simpar, e caso o colaborador opte por receber ações, a Simpar entregará ao colaborador 1 ação de *matching* para cada 1 ação própria recebida pelo colaborador, dentro dos limites estabelecidos no programa. A outorga de direito ao recebimento de ações restritas e ações *matching* é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Simpar e o colaborador. Assim, o Plano busca (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Simpar e suas controladas; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Simpar S.A. e das suas controladas aos dos colaboradores; e (c) possibilitar à Simpar e às suas controladas atrair e manter a elas vinculados os Beneficiários.

Para cálculo do número de ações restritas a serem entregues ao colaborador, o valor líquido auferido pelo colaborador será dividido pela média da cotação das ações da Simpar na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores à cada data de aquisição dos direitos relacionados às ações restritas.

As ações restritas e *matching* outorgadas serão resgatadas somente após os prazos mínimos estipulados pelo plano e conforme suas características indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano de outorga	Qtde. de ações	Tranche	Preço do exercício	Valor da ação na data da outorga	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Período de aquisição	Data de transferência
I	2018	5.604	3	R\$ 0,00	8,12	7,68	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2021	01/04/2021
I	2018	5.603	4	R\$ 0,00	8,12	7,68	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2022	01/04/2022
II	2020	18.252	2	R\$ 0,00	6,52	6,17	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2020 a 01/05/2021	01/04/2021
II	2020	18.252	3	R\$ 0,00	6,52	6,17	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2020 a 01/05/2022	01/04/2022
II	2020	18.250	4	R\$ 0,00	6,52	6,17	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2020 a 01/05/2023	01/04/2023

ii. Movimentação durante o exercício

A tabela a seguir apresenta a quantidade e o movimento das ações restritas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Quantidade de ações				Preço médio do exercício (R\$)
	Direitos de ações outorgadas	Canceladas	Exercidos	Direitos de ações em circulação	
Posição em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-
Ocorrências 2021	83.379	-	-	83.379	
Posição em 31 de dezembro de 2021	83.379			83.379	

(i) Conforme reestruturação da Empresa Simpar, parte dos administradores que estavam registrados na JSL, foram transferidos para CS Brasil Transportes.

Foi contabilizado no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$ 81 (R\$ 85 em 31 de dezembro de 2020) na rubrica de “Despesas administrativas” a título da remuneração pelos planos de pagamentos baseados em ações, e o saldo acumulado na conta de reserva de capital referente a esses planos no patrimônio líquido é de R\$ 1.187 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.106 em 31 de dezembro de 2020).

27.3 Reserva da lucros

Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, exceto reservas de reavaliação não realizada, ainda que capitalizada, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP)

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do período. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros.

Para fins das demonstrações das financeiras, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

Os juros sobre capital próprio e os lucros distribuídos em 2021 e 2020, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	30.482
Juros sobre capital próprio	(35.971)
Total destinação do resultado	(35.971)
	<hr/>
	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	14.139
Lucros distribuídos	(55.000)
Juros sobre capital próprio	(7.379)
Total destinação do resultado	(62.379)

O saldo da reservas de lucros em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 24.677 (R\$ 30.166 em 31 de dezembro de 2020).

27.4 Ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa tem registrado na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial o montante de R\$ 1.540 decorrente de movimentações patrimoniais em suas controladas (R\$ 2.174 em 31 de dezembro de 2020).

27.5 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Conforme mencionado na nota explicativa 1.2 i, em 29 de dezembro de 2021 foi realizado um adiantamento para futuro aumento de capital de R\$ 80.000. Este adiantamento foi concedido em caráter irrevogável e sem vencimentos, oriunda de sua controladora e visa atender as necessidades de capital de giro e de investimentos correntes da Empresa. A operação de capitalização foi efetuada dentro dos critérios estabelecidos pela legislação vigente.

27.6 Participação de não controladores

A Empresa trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa possui o valor de R\$ 3.947 relacionado a participação de não controladores, composto por R\$ 217 referente ao prejuízo do exercício, e R\$ 4.164 de capital social da Grãos do Piauí a qual a controlada CS Transportes detém 64% de participação.

28 Receita líquida de locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Fluxos de receitas

A Empresa gera receita principalmente pela prestação de serviços, locação e venda de ativos desmobilizados.

	<u>31/12/2021</u>	<u>Controladora e Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>
Receita de prestação de serviços (a)	70.942	89.231
Receita de locação (b)	313.274	253.843
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	384.216	343.074
Receita de venda de ativos desmobilizados (a)	111.831	89.099
Receita líquida total	496.047	432.173

(a) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

(b) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações de resultado do exercício:

	<u>31/12/2021</u>	<u>Controladora e Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>
Receita bruta	548.661	486.284
Menos:		
Impostos sobre vendas	(50.501)	(53.642)
Devoluções e cancelamentos	(2.113)	(469)
Receita líquida total	496.047	432.173

b) Desagregação da receita de contrato com cliente

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contrato com cliente das principais linhas de negócio e época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita com os s reportáveis da Empresa.

	<u>31/12/2021</u>	<u>Controladora e Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>
Receita de transporte de passageiros	39.883	37.213
Receita de limpeza e coleta urbana	31.059	51.495
Receita de locação - GTF Leves	77.710	95.867
Receita de locação - GTF Pesados	11.848	7.513
Receita de locação - GTF MO	222.515	150.463
Outros	1.201	523
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	384.216	343.074
Receita de venda de ativos desmobilizados	111.831	89.099
Receita líquida total	496.047	432.173
Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	152.915	126.312
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	343.132	305.861
Receita líquida total	496.047	432.173

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 – consolidado a partir de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Gastos por natureza

As informações de resultado da Empresa são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021
Custo / despesas com frota (iv)	(18.409)	(15.774)	(18.409)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(89.500)	(89.874)	(89.500)
Pessoal e encargos	(175.846)	(134.560)	(176.686)
Agregados e terceiros	(106)	-	(106)
Depreciação e amortização	(40.016)	(68.140)	(40.016)
Peças, pneus e manutenções	(26.596)	(29.759)	(26.596)
Combustíveis e lubrificantes	(49.241)	(28.305)	(49.241)
Comunicação, propaganda e publicidade	(435)	-	(435)
Serviços tomados	(15.217)	(14.029)	(15.217)
Reversão (Provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	760	(1.575)	760
Indenizações judiciais	(3.175)	(6.445)	(3.175)
Aluguel de imóveis	2.760	-	2.760
Energia elétrica	(1.483)	(1.118)	(1.483)
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos (ii)	(14.182)	(9.844)	(14.182)
Recuperação de PIS e COFINS (i)	19.807	19.097	19.807
Crédito de impostos extemporâneos (iii)	323	5.291	323
Outros custos	(31.408)	(26.623)	(31.790)
	(441.964)	(401.658)	(443.186)
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(323.341)	(286.462)	(323.341)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(89.500)	(89.874)	(89.500)
Despesas comerciais	(2.639)	(23.282)	(2.639)
Despesas administrativas	(26.939)	(1.737)	(28.161)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	760	(1.575)	760
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	(305)	1.272	(305)
	(441.964)	(401.658)	(443.186)

- (i) O Créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação registrados como redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos, para melhor refletir as naturezas dos respectivos créditos e despesas.
- (ii) Inclui saldo de alugueis de veículos leves, máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Não foram classificadas como arrendamentos operacionais por possuírem contratos cujo prazo de arrendamento se encerram dentro do exercício.
- (iii) Durante o exercício de 2021, a CS Brasil Transportes reconheceu créditos extemporâneos relacionados a INSS de R\$ 323 relativos a determinadas verbas trabalhistas pacificadas em decisões judiciais, e sobre descontos efetuados da remuneração de empregados.
- (iv) Inclui despesas com IPVA, manutenções, pedágios de frotas utilizadas nas operações.

30 Resultado financeiro

	31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021
Receitas financeiras			
Aplicações financeiras	9.165	2.984	9.357
Receita de variação monetária	6.973	4.652	6.973
Juros recebidos	330	364	330
Resultado na apuração dos swaps, líquido	3.228	-	3.228
Outras receitas financeiras	318	857	324
Receita financeira total	20.014	8.957	20.212
Despesas financeiras			
Despesas do serviço da dívida			
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(12.303)	(10.367)	(12.303)
Juros e encargos bancários sobre arrendamento mercantil	(4.561)	(4.423)	(4.561)
Juros de risco sacado	-	(779)	-
Despesas bancárias	-	(1.080)	-
Despesas com captações de dívidas	(1.076)	-	(1.076)
Despesa total do serviço da dívida	(17.940)	(16.649)	(17.940)
Juros sobre Arrendamento por direito de uso	(1.659)	(1.924)	(1.659)
Juros passivos	(8.386)	-	(8.386)
Descontos concedidos, despesas e taxas bancárias	(72)	-	(74)
Despesas com aplicações financeiras	(777)	-	(786)
Outras despesas financeiras	(621)	-	(620)
Despesa financeira total	(29.455)	(20.185)	(29.465)
Resultado financeiro líquido	(9.441)	(11.328)	(9.253)

31 Arrendador operacional

A Empresa possui contratos de prestação de serviços que são classificados como arrendamento operacional, com prazos de vencimentos até 2025. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 5 (cinco) anos, com opção de renovação após esse período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2021, os recebimentos futuros de arrendamentos são como segue:

	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 2 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 4 anos</u>	<u>De 4 a 5 anos</u>	<u>Total</u>
CS Transportes	331.398	219.684	73.832	3.025	-	627.939
Total	331.398	219.684	73.832	3.025	-	627.939

32 Informações suplementares dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

32.2 Aquisições que não afetam os fluxos de caixa

A Empresa faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destes veículos não afetam os fluxos de caixa por estarem financiados. Abaixo esta a reconciliação dessas aquisições e os fluxos de caixa.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>
Total das adições de imobilizado no período	164.828	167.642
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	164.828	167.642
Demonstrações dos fluxos de caixa:		
Imobilizado operacional para locação	161.662	163.097
Imobilizado	3.166	4.545
Total	164.828	167.642
Outras transações que não afetaram caixa:	-	-

32.2 Classificação de juros sobre capital próprio e lucros como atividades de investimento e financiamento

A CS Brasil Transportes classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos ou pagos como fluxo de caixa das atividades de investimento ou financiamento, respectivamente, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações. Os juros sobre capital próprio e lucros recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa nas atividades de investimento como retorno sobre os investimentos que a Empresa possui ou como atividades de financiamento, pois considera-se que se referem aos custos de obtenção de recursos financeiros.

33 Eventos subsequentes

33.1 Situação Ucrânia e Rússia

A Sociedade tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que, considerando que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países, os principais impactos econômicos estão relacionados com a alta de preços de commodities, em especial aquelas relacionadas a gás natural e petróleo, em função das altas nos preços de combustíveis no Brasil. A administração não identificou impactos nas presentes demonstrações financeiras e não espera efeitos relevantes no desempenho de suas atividades e em sua posição patrimonial decorrentes do cenário descrito.

**

CS Brasil transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e quotistas
CS Brasil transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. e da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, com data de 1º de abril de 2021.



CS Brasil transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



CS Brasil transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora CRC 1SP222241/O-0

